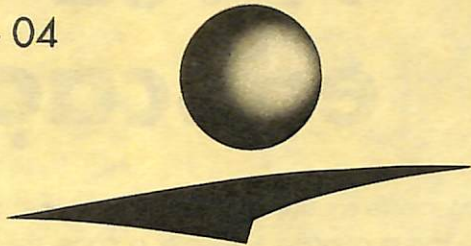




CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP - 04



G E S T Ã O
P S I C O D I V E R S I D A D E

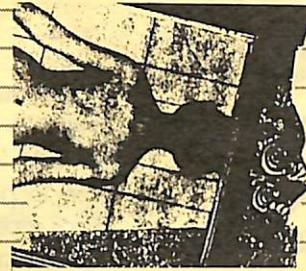
í o r n a l d o
P S I C Ó L O G O

BELO HORIZONTE, ANO 10 • Nº 47
SETEMBRO / OUTUBRO 1994

- **E**stá aberta a temporada de caça ao voto. Nesta edição, entrevista com o jornalista Gilberto Dimenstein sobre as armadilhas utilizadas pelos políticos nas eleições. Página 3.



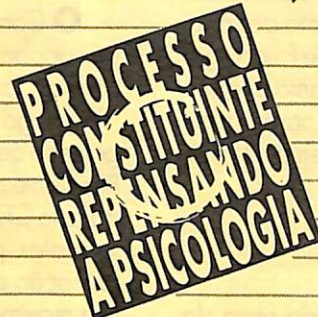
- **U**ma questão ética: o envolvimento sexual entre cliente e terapeuta. Página 4.



- **G**ravidez e parto: aspectos psicossociais. Página 5.



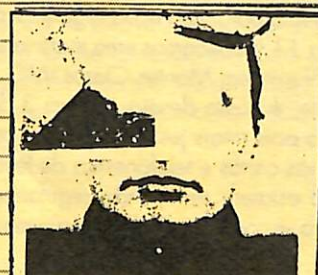
- **C**ongresso Constituinte da Psicologia: em pauta, nossas teorias e ações. Página 7.



- **CRP** denuncia a abertura de escola de Psicologia fora dos critérios exigidos. Página 11.



- **S**uplemento: "Política e Psicanálise", por Célio Garcia e "Sobre a legitimidade da Psicanálise", por Walter Andrade Parreira.



A pesquisa VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, um amplo estudo patrocinado pela FUMEC, vai iniciar a sua segunda fase. A equipe multidisciplinar coordenada pelo psicólogo Emerson Tardieu de Aguiar Pereira Jr. solicita a quem tiver dados que possam enriquecer o trabalho que os enviem à rua Cobre, 200 Cruzeiro Belo Horizonte MG - Cep: 30130-190 - Fax: (031) 281.3528.



Comissão de Assuntos Sociais, para ser apreciado. A proposição de lei fixa o piso salarial em 800 URVs para seis horas diárias e 30 horas semanais de trabalho.



Atualmente, o sistema de "mala-direta", a publicidade via correio, tem sido largamente utilizado, em especial quando se quer atingir públicos específicos. Quando o alvo é o psicólogo, o CRP-04 é solicitado a vender o seu jogo de etiquetas, o que é feito, contando que o material seja etiquetado no próprio Conselho. Mas se você não estiver gostando da superlotação da sua caixa de correio, é só entrar em contato conosco, pelo 261.1146, e falar com o Reginaldo. Imediatamente retiramos o seu nome da listagem, quando a correspondência for extra-Conselho. Informamos ainda que o jogo de etiquetas para o psicólogo tem preço diferenciado.

● Conselho Federal de Psicologia acaba de lançar, em parceria com a Casa do Psicólogo, o livro "Psicólogo Brasileiro - Práticas emergentes e desafios para a formação". Resultante de uma pesquisa realizada pelo CFP com o objetivo de reunir subsídios para a discussão sobre formação profissional, o livro identifica movimentos inovadores presentes nas práticas consolidadas ou tradicionais e as demandas daí originadas para as escolas. Os interessados em adquirir a publicação podem se dirigir à Livraria do Psicólogo, na Rua Curvelo, 132 lj. 27 - Floresta, BH.

FILIGRANAS
Está marcada para o dia 04 de novembro, às 19:00 horas, a Assembléia Geral dos Psicólogos, que discutirá o orçamento do Conselho para 95 e as suas diretrizes de atuação, entre outras questões de interesse da categoria. Todos os psicólogos inscritos no CRP-04 receberão, em breve, correspondência pelo correio com informações mais detalhadas sobre a Assembléia. A participação não é obrigatória, mas é de grande importância para a categoria. A Assembléia é uma boa oportunidade para influir no estabelecimento das prioridades do Conselho de Psicologia e em suas decisões quanto às questões mais importantes para a classe. Participando, podemos depois cobrar e questionar.

● Seguindo no conhecido ritmo da máquina burocrática, o Projeto de Lei que dispõe sobre o piso salarial e a jornada de trabalho dos psicólogos continua seu trâmite, encontrando-se agora no Senado. O projeto, de nº 63/93, feito pelo senador Almir Gabriel, está na

BASTIDORES DO JP
Este número do JP chega até você, leitor, às vésperas das eleições de 3 de outubro (se o correio não atrasar) e tem a política como principal tema. É nossa intenção instigá-lo à reflexão sobre este assunto, que apesar de sua importância, tem sido tratado e vivenciado de forma tão mesquinha e asquerosa. Na página 3, publicamos entrevista exclusiva com o diretor da "Folha de São Paulo" em Brasília, Gilberto Dimenstein, que nos alerta contra candidatos oportunistas. No Suplemento você vai encontrar a Política e a Psicanálise em artigos de Célio Garcia e Walter A. Parreira. Na página 7, estão as principais deliberações do Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, que apontam para uma nova organização política da categoria dos psicólogos. E na página 11, publicamos uma matéria sobre a tentativa de abertura de uma escola de Psicologia em Montes Claros, MG, que está sendo contestada pelo CRP-04. Finalmente, é nosso desejo que em 3 de outubro, com nosso voto, possamos criar um novo país, mais justo e saudável para todos!!!

Temos recebido várias cartas e telefonemas de leitores solicitando informações sobre o motivo de não estarem recebendo regularmente o Jornal do Psicólogo. Sempre foi nosso objetivo - e continua sendo - a manutenção rigorosa do cronograma

A vez da educação

No momento em que os Conselhos da área de Saúde se reúnem para reavaliar a sua atuação e resgatar o papel de defensores da sociedade, garantindo os preceitos éticos e a qualidade dos serviços prestados - princípios reafirmados na I Conferência Mineira de Ética e Saúde, em maio deste ano -, um órgão da alta burocracia de Brasília, que deveria também atuar no sentido de garantir a qualidade do ensino, trabalha em direção contrária. Trata-se do Conselho Federal de Educação, acusado de agir em conjunto com uma rede clandestina que cobra caro para agilizar os processos de abertura de escolas.

No país do lobby das empreiteiras e de um Congresso Nacional altamente manipulado por interesses particulares, esse tipo de notícia já se tornou banal. No entanto, a gravidade da denúncia ainda é capaz de indignar até os mais céticos, pois mostra as profundezas do poço da Educação. Até hoje este setor, ao lado da Saúde, sempre sofreu de uma doença crônica, a falta de recursos. Mas, mesmo levando-se em conta casos isolados de políticos que embolsam a merenda escolar, ainda não era de domínio público a informação acerca de um lobby tão sofisticado nesta área.

Há de se levar em conta que, em país de "doutores", onde tradicionalmente supervalorizam-se títulos universitários, a Educação superior, mais cedo ou mais tarde, viraria um bom negócio. E o Conselho Federal de Educação, ao invés de cumprir a sua função básica - zelar pela qualidade do ensino - lida com empresas atravessadoras de mercadoria barata, ajudando a plantar, pelo país afora, verdadeiras centrais de desinformação.

Como entidade que tem entre as suas funções zelar pela ética profissional e pela qualidade dos serviços prestados à população, o Conselho Regional de Psicologia está agindo, dentro de suas possibilidades, para evitar que isso continue acontecendo na área da Psicologia. Assim, o CRP-04 está envidando todos os esforços para impedir a abertura de uma escola em Montes Claros, uma entre muitas que não têm como justificar a sua existência. Trata-se de um caso típico de favorecimento político, objeto de reportagem deste número.

Quanto a esta questão, foi deliberada, no Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, a política de se evitar a abertura de cursos superiores em nossa área, antes da avaliação dos já existentes. O Congresso foi um excelente momento para a Psicologia, uma oportunidade para refletirmos sobre nossos fazeres, e que certamente trará benefícios em breve.

Enfim, neste ano tão movimentado para o Brasil, buscamos a sintonia com tudo o que significa mudanças rumo à uma sociedade mais justa, pautada pela Ética. Este é o eixo que dá unidade às nossas ações. Assim, acreditamos estar colaborando com a evolução da sociedade como um todo, e não apenas com o que diz respeito à Psicologia. Estes são os objetivos que dão sentido ao nosso trabalho e vão se aproximando à medida em que caminhamos.

7º Plenário - Gestão Psicodiversidade

do Jornal (tiragem bimestral). Infelizmente, este ano, alguns fatos nos impediram de cumprir este objetivo. O mais significativo foi a entrada do Plano Real, que fez com que o CRP tivesse que cortar radicalmente suas despesas em várias ações, incluindo a supressão de duas edições do JP.

O outro fato foi a saída da assessora de comunicação, a jornalista Andréa Rocha, do CRP-04. Demoramos algum tempo pesquisando o mercado até encontrarmos outro profissional que substituisse, à altura, o lugar deixado pela nossa assessora. A partir de agora contamos com a jornalista Luciana Tonelli, que irá responder pela assessoria de comunicação e a quem damos boas vindas.

Queremos registrar nossos agradecimentos, em nome do Plenário e de toda a equipe, à Andréa, que com seu talento e competência foi uma das maiores responsáveis pela criação, implementação e confecção do Jornal do Psicólogo em seu projeto atual. Desejamos a ela sucesso em seu novo caminho!

Ricardo F. Moretzsohn

Coordenador da Câmara de Comunicação Social

Poucos meses após o deslumbramento com o sucesso de nossas chuteiras, o país inteiro se (i)mobiliza com outra grande jogada - as eleições. Mas de tanto servirem pizza no Congresso Nacional, o brasileiro não anda muito disposto a encarar a "caixinha de surpresas" dos políticos. Sabendo que são, no mínimo, suspeitos, os candidatos tentam sensibilizar o desiludido eleitor com malarbarismos na mídia. As estratégias de sedução variam desde caminhões cheios de axé, prometendo o carnaval eterno, a elaboradas técnicas de construção da imagem. Com o objetivo de abrir os olhos do eleitor para os "truques" utilizados pelos políticos, o jornalista Gilberto Dimenstein, diretor da "Folha de São Paulo" em Brasília, acaba de lançar o livro "Como não ser enganado nas eleições". Ao lado de Herbert de Souza, Boris Casoy, Carlos Heitor Cony, Nelson de Sá e outras "autoridades" no assunto, Dimenstein dá a chave para o leitor decodificar as "embalagens" vestidas pelos políticos. O jornalista é autor de vários livros sobre questões importantes para o país, produto de suas reportagens investigativas, como "A Guerra dos Meninos", "Meninas da Noite" e "A República dos Padrinhos", entre outros.



■ Gilberto, o livro que você organizou alerta contra a demagogia reinante em tempos de eleição, desmontando os artificios de uma campanha. Quais seriam as armadilhas mais eficientes utilizadas pelos candidatos para seduzir o eleitor?

● O fato é que existe uma gigantesca margem de truques em que o eleitor pode cair numa eleição. Você tem a utilização da religião, do futebol, do misticismo, mas o mais grave no Brasil é o truque que chamo de "truque da varinha mágica". A maioria dos candidatos se comportam como se tivessem uma varinha mágica na mão: eles prometem casas, ruas, hospitais, escolas, melhores salários, milhões de empregos, e não têm a menor preocupação de dizer o óbvio primeiro - de onde vai sair o dinheiro. Segundo, se existe dinheiro, porque na verdade eles vendem muito mais uma ilusão que uma proposta de governo viável, e quando assumem o cargo começam a inventar desculpas ou se omitem sobre porque não conseguiram cumprir aquelas metas. Este é um ponto muito importante do que acontece no Brasil, e os eleitores depois nem se lembram. Só fica ali um vago ressentimento de que as promessas não foram cumpridas.

■ Como o eleitor deve agir para não cair no "truque da varinha mágica"?

● Acho que o eleitor hoje que quiser não ser enganado, ou não ser muito enganado, tem que analisar a proposta do candidato. Se está escrito "vou construir um milhão de casas populares" e cada uma custa X, o eleitor deve fazer a conta. Vamos supor que isso custará X x um milhão. De onde ele vai tirar esse dinheiro? Supondo que o orçamento é de 50 bilhões de dólares - pago tanto para o funcionalismo, tanto na dívida, tanto para isso e aquilo e ainda sobrou algum dinheiro. Daí você mede e verifica se a proposta é viável ou se ele está mentindo.

■ Este tipo de procedimento nunca fez parte da forma de agir do eleitor brasileiro...

● No Brasil existem alguns fatos muito graves, e um deles é que grande parte do eleitorado é semi-analfabeto ou analfabeto. Não é um eleitorado muito informado, que possa entender com muita sofisticação todo esse debate. O segundo é uma tradição de você não ter partidos e programas. As campanhas estão muito calcadas em projetos pessoais ou na personalidade dos candidatos. E em terceiro vem a baixa taxa de cidadania brasileira, que não está calcada na cobrança e na crítica, o Estado é algo distante que você não acompanha com muito detalhamento.

■ Como distinguir o bom candidato das diversas "embalagens" oferecidas?

● Para isso o eleitor deve verificar se o candidato tem um plano viável, se o que ele pretende fazer não é despropositado, se a prioridade dele está correta, e aí você tem todo um processo de peneiragem. Em primeiro lugar, ver com quem você está andando, quais são as alianças que ele está fazendo, para verificar se elas vão comprometer ou não a estrutura de governo dele; em segundo lugar, verificar o que ele fez e falou no passado: o modo como ele se articulou bate com o que ele está pregando no presente e prometendo para o futuro? Ou trata-

se de uma pessoa que, de repente, começa a falar de um assunto só porque ele foi apontado por uma pesquisa de opinião como estando "em alta"? Além disso, os jornais têm que colaborar no sentido de municiar o eleitor com o número máximo de informações, e deve haver um processo de discussão nas escolas, nas igrejas, nas entidades sindicais, para que o candidato seja mais checado.

■ O livro aborda a questão do público e privado, que se misturam em tempos de eleições. Como o candidato deve agir frente a um eleitorado preconceituoso, que provavelmente não lhe daria o voto diante de revelações como "é homossexual" ou "experimentou drogas"?

● A conduta dele deve ser a seguinte - deixar a coisa o mais transparente possível. E a conduta do eleitor é não se deixar levar por temas que não têm nada a ver com o problema. O fato do candidato ter experimentado maconha, por exemplo, ou ter tido um caso extraconjugal não significa que ele não vá ser um bom prefeito. Também cabe à imprensa separar o que é público e o que é privado. Infelizmente no Brasil a manipulação deste tipo pode prejudicar toda uma candidatura sem que o assunto não tenha a menor relação com a coisa pública, como o caso de Lurian, em 89. Além disso, é bom ressaltar o seguinte - no momento em que o candidato usa este tipo de argumento para prejudicar o outro, isso já revela a sua própria desonestidade, porque a função do candidato não é ficar demolindo os outros, em essência. É até demolir os outros, mas mostrando uma proposta de governo.

■ O seu livro deixa claro que hoje "eleição é um serviço de profissionais" e nela estão envolvidos especialistas em marketing, psicólogos e outros que trabalham com a "produção" do candidato. E quanto à responsabilidade ética destes profissionais?

● Esta é uma discussão muito complexa sobre a ética e o profissionalismo. Muitos desses assessores profissionais não acreditam no candidato para o qual trabalham, mas fazem um serviço profissional, da mesma forma que nem todo publicitário que vende cigarro fuma cigarro, porque sabe que faz mal. O problema é que o marketing político é uma profissão. São pessoas especializadas em informação, em imagem, em propaganda que dão auxílio ao candidato, dentro de um processo eleitoral que é legítimo, em que as pessoas tentam usar os mecanismos modernos para chamar a atenção dos eleitores.

■ A nova lei eleitoral proíbe recursos videográficos no horário de propaganda. Em seu entender, esta medida contribui para a transparência das campanhas?

● Em primeiro lugar, a lei não está funcionando. Você vê o horário eleitoral e comprova que os candidatos estão usando todos os recursos. Em segundo lugar, eu acho interessante forçar o candidato a expor seu programa, de forma que a propaganda eleitoral não seja apenas um show, mas também uma forma de transmissão de informação.

■ E quanto às pesquisas de opinião, até que ponto elas influenciam no resultado das eleições? Elas não estariam servindo apenas para sinalizar o caminho que leva a um bom desempenho nas urnas?

● As pesquisas de opinião hoje têm um lado positivo e outro negativo. O positivo é óbvio, aquela coisa de você conhecer o que o eleitor está querendo, em termos de sua opção ao votar. O lado negativo é que muita gente baseia todo o seu projeto eleitoral apenas naquilo que as pessoas estão querendo, e nem sempre o que as pessoas estão querendo é o que o país necessita. Neste contexto, o estadista é aquele que consegue romper o senso comum para estabelecer uma nova rota para o país.

■ Em seu texto, o jornalista Nelson de Sá afirma que "os candidatos hoje são produtos" e devemos pensar neles "como em marcas de sabão em pó". A confecção desse "candidato-produto" não corre o risco de se opor, muitas vezes, a uma conduta ética?

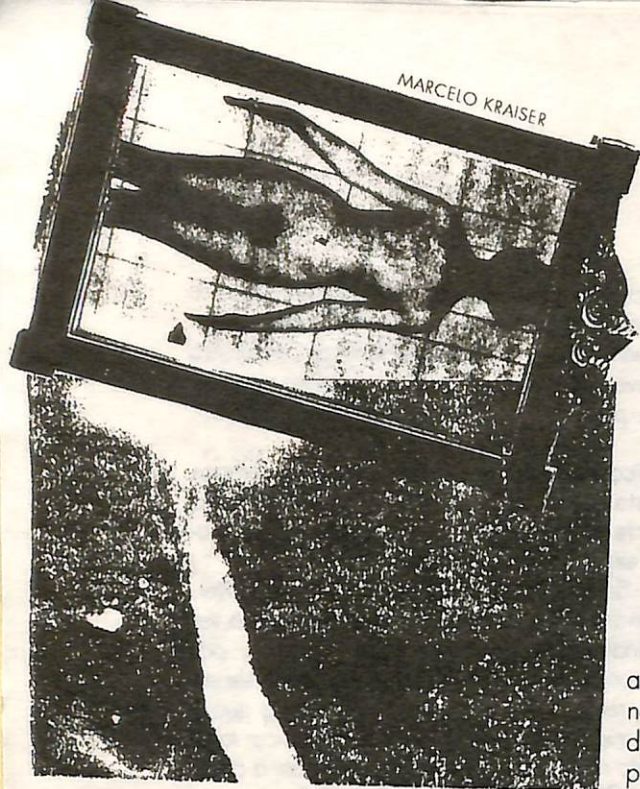
● É uma questão complicada, porque obrigatoriamente a pessoa só se elege se tiver voto, e muitas vezes a pessoa é obrigada a dramatizar para poder emocionar um eleitor. Mas a democracia tem defeitos e qualidades, felizmente mais qualidades que defeitos. Um deles é que a pessoa às vezes precisa fazer concessões para poder ter voto.

■ Como você diz em seu livro, na batalha pelo voto o político entra em um processo de "sedução". Qual a maior "cantada" destas eleições, até o momento?

● A sedução a que me refiro acontece quando o político consegue expor uma proposta, atrair o eleitor e mostrar como essa proposta tem a ver com a vida dele e como ele pode melhorar. Nesta eleição a grande proposta sedutora foi o Real, e que teve um efeito devastador, porque mexeu com todos os anseios que as pessoas tinham por uma moeda estável, por um clima mais calmo no país.

■ Como você está vendo as eleições deste ano, em comparação com 89?

● Acho que muita coisa está diferente. Desta vez o eleitor não está com tanta vontade de mudança como estava na eleição passada. Em 89 as pessoas queriam uma cara nova, o que foi responsável por grande parte do sucesso do Lula e do Collor, na época. Nesta eleição as pessoas estão mais conservadoras, digamos assim, querendo mais estabilidade. E daí o sucesso do Plano Real e do Fernando Henrique Cardoso.



Mulheres psicanalistas, eficácia e ética: quando a diferença faz a diferença

Ana Cristina da Costa Salles
Nina Rosa Artuzo Sanches
Rosa Maria Gouvêa Abras

Relatos de envolvimento sexual de analistas e pacientes são frequentes em nosso meio e fazem parte da história do movimento psicanalítico (por exemplo: Jung, Jones). Não deixa de ser significativo que haja um número substancialmente menor desses relatos envolvendo analistas mulheres e seus pacientes.

Recentemente a revista americana Newsweek (1992) publicou o artigo "Sex and Psychotherapy", contendo dados estatísticos sobre o número de profissionais que admitiram envolvimento sexual com seus pacientes, assim como os efeitos danosos desse tipo de desvio ético. Não nos causou surpresa confirmar que o número de profissionais do sexo feminino (psiquiatras, psicanalistas e psicólogas) é significativamente inferior ao do sexo masculino, nestes casos. Por que isso acontece?

Seriam as mulheres menos suscetíveis a este tipo de "montagem perversa" (uso do outro, no caso o paciente, para aferir um certo tipo de gozo)? Na tentativa de elucidar esta questão, recorremos à literatura psicanalítica sobre perversão com o objetivo de diferenciar estrutura perversa e montagem perversa, sendo este último conceito desenvolvido mais recentemente pelo psicanalista Contardo Calligaris.

Para Freud em "Dissolução do Complexo de Édipo" (1924) e em "Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre sexos" (1925), a relação da mulher com a lei aparece de duas formas. No primeiro texto, chega-se à conclusão que a mulher tende menos à perversão, já que para ela a recusa da castração é mais difícil por estar marcada no corpo. No segundo texto, Freud retoma o primeiro quando diz que a formação superegótica da mulher é menos definitiva, resultando em menor senso de justiça e medida por sentimento de afeição e hostilidade.

Se partimos do pressuposto freudiano de que as mulheres são menos legalistas e mais influenciáveis pelos seus sentimentos, não explicamos o fato de um menor número de mulheres transgredirem as leis do enquadramento analítico. Vamos ver como alguns autores desenvolvem esta questão.

Lacan, por exemplo, enfatiza a função do pai na definição das estruturas clínicas. O processo pelo qual a criança tem acesso ao próprio simbólico, constituindo-se como sujeito, chama-se metáfora paterna. Apenas com o advento do nome do Pai a criança pode ser desalojada de sua identificação fálica originária (ser o falo da mãe)

para aceder ao seu destino de sujeito.

Quando a criança simboliza a presença do pai como causador da ausência da mãe, ela pode não apenas só aceitar a lei como interditora, mas também como regularidade - o desejo do outro. O ponto de ancoragem das perversões se situa na passagem do pai imaginário para o pai simbólico. Havendo um fraco investimento da figura paterna como lei, ele permanece, então para a criança, apenas como rival e esta situação é um substrato favorável para alimentar o equívoco entre significantes. A criança não abre mão de sua identificação fálica, a castração se opera, então, apenas em um espaço marginal. A ambiguidade indutora das perversões pode ser observada pelo apelo sedutor e cumplicidade libidinal da mãe associados à complacência silenciosa do pai.

Em 1966, Piera Anlagner escreve "A perversão como estrutura", onde usa os conceitos de renegação, lei e desafio, para numa perspectiva estrutural dar continuidade à questão apontada por Freud, do perverso frente à castração. Posteriormente essa autora vai analisar a questão da perversão feminina pelo viés da paixão. Para Piera, se nem toda paixão é perversão, toda perversão é paixão. A paixão jamais define um sujeito ou um objeto determinado, mas o vínculo que os une. Enquanto o homem reluta à paixão, a mulher em toda a sua vida alimentará o sonho de se tornar para o amado o objeto de sua paixão; ela vê nisso uma espécie de realização ideal que é a sua - ser desejada, ser a única a poder ser desejada, tornar-se uma exigência vital para o desejo do outro. A perversão feminina não passa de uma proliferação patológica daquilo que é típico de sua atitude de ser "de desejo" (desejar - ser desejada).

Como nós vimos, a mulher tende menos à perversão, mas pode ser a ela suscetível graças aos seus fantasmas masoquistas ou de inveja fálica.

Isso nos remete ao conceito de montagem perversa. Calligaris nos aponta a dificuldade do neurótico em ficar só com seu fantasma. O neurótico está disposto a pagar qualquer preço por uma forma mais tranquila de gozo. Quando dois neuróticos acedem a uma montagem perversa, eles podem ocupar, ao mesmo tempo, dois lugares, o de instrumento e de domínio (saber) sobre o gozo do outro. O gozo perseguido é o gozo da montagem, o que evidentemente atenua a culpa. Não é necessário, portanto, que haja um perverso de estrutura para que se realize esse tipo de jogo. As montagens per-

versas fazem parte normalmente da vida social dos seres humanos, constituindo-se, frequentemente, como um tipo de laço social.

Nós pensamos que se apenas a paixão pode levar a mulher à perversão, isto se torna mais difícil no caso das analistas mulheres. A mulher precisa idealizar o seu parceiro. Dificilmente o paciente regredido, fragilizado, encarnará esta condição. Além do mais, a conquista de um papel social de autoridade, pela mulher, tem sido conseguido com maior dificuldade do que pelos homens. Seria necessário um alto grau de masoquismo para que a mulher abrisse mão de seu papel profissional, expondo-se às críticas e à degradação de sua identidade arduamente conquistada.

Mas talvez nós possamos encontrar um tipo de montagem perversa na situação analítica, em que a analista e seu paciente, embora não envolvidos de forma sexualmente explícita, mantêm um tipo de vinculação que vai de encontro aos objetivos da análise.

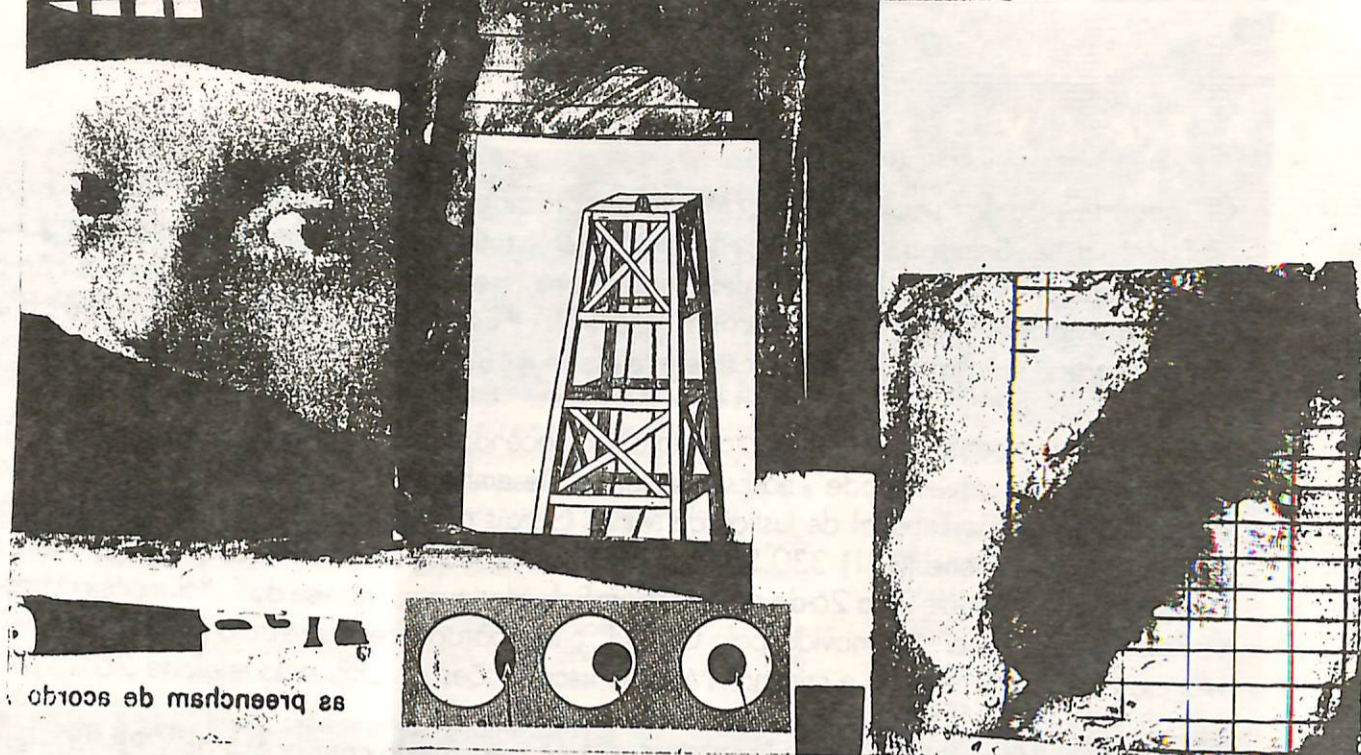
Para certos autores da escola inglesa, a feminilidade está mais ligada ao princípio da realidade do que a masculinidade. Existe um "paradoxo do feminino". A aptidão da mulher para reencontrar a fusão primária através da maternidade a protege das patologias que visam fazer um curto circuito na evolução. A maternidade é consubstancial com a psicosexualidade feminina, quer esta chegue ou não ao nascimento de um filho. A disposição do analista para a maternidade se traduz pela capacidade de esperar e de ver desenvolver uma relação, interpretando dia-a-dia. A exacerbação dessa função de maternagem pode levar a análises intermináveis, não permitindo que a simbiose primária se desfaça e o analisando desenvolva sua identidade e se volte para a realidade. O enquadramento é o limite, a lei, o corte, representante do pai.

A mulher analista que perpetua seu desejo de maternidade mantém o paciente prisioneiro de uma sedução originária, caracterizando assim uma relação perversa, onde embora não haja envolvimento sexual explícito, ela é muito mais efetiva, já que não pode ser denunciada como tal.

Ana Cristina Salles, Nina Rosa Sanches e Rosa Maria Gouvêa Abras são psicólogas e psicanalistas.

Nesta edição, o JP traz um tema que, mesmo atingindo seriamente a conduta ética do profissional, ainda é pouco pesquisado - o envolvimento sexual entre terapeutas e pacientes. Potencialmente explosivo em termos de mídia, o assunto sempre gera grande polêmica quando estampado nos jornais ou nas telas, como no filme "O Príncipe das Marés". Apesar de ser uma conduta altamente condenável, o "affair" entre profissional e cliente é um fato que tem acontecido. Nos EUA, tornou-se objeto de pesquisa na qual 7% dos psiquiatras masculinos e 3% dos femininos admitiram ter tido relações sexuais com seus clientes. Com base nesta pesquisa, três psicanalistas mineiras apresentaram um trabalho no X Congresso do Circulo Brasileiro de Psicanálise, em Belo Horizonte, em setembro deste ano. Nina Rosa Sanches, Ana Cristina Salles e Rosa Maria Abras abordaram a questão com ênfase em um aspecto - porque a mulher psicanalista teria menos tendência a se envolver sexualmente com seus pacientes que o homem. O tema promete gerar muita controvérsia, já que é difícil obter dados concretos sobre a questão. Aqui publicamos o artigo que resume o trabalho das três psicólogas.

Nesta edição, o JP traz o resumo da dissertação de Mestrado da psicóloga Maria Ignez Costa Moreira, intitulado "Aspectos Psicossociais da Gravidez e suas Influências na Construção de Identidade e nas Relações de Gênero", concluída no Mestrado em Psicologia da UFMG, em junho de 94. O trabalho encontra-se disponível para consulta nas bibliotecas da Fafich/UFMG e da PUC/MG e na sede do CRP-04. Contatos com a autora podem ser feitos pelo tel (031) 373.4086 - Rua Gávea, 58 apto 104 - Jardim América. Cep: 30430-400. Belo Horizonte MG.



MARCELLO KRAISER

Aspectos Psicossociais da Gravidez

Maria Ignez Costa Moreira

O objetivo deste trabalho é estudar as vivências de gravidez e parto enquanto relacionadas à construção da identidade psicossocial, em especial à identidade de gênero dos sujeitos envolvidos.

Os estudos acerca dos processos de gravidez e parto têm privilegiado os aspectos psicobiológicos. Estes estudos têm embasado a prática da Psicologia no campo da gravidez, onde se busca o atendimento das dificuldades emocionais, consideradas inerentes ao processo, bem como a prevenção de distúrbios psíquicos graves. O alvo destas práticas de atendimento tem se deslocado da mulher para o casal.

No entanto, ainda são escassos os estudos acerca das vivências da gravidez e parto que objetivem articular os aspectos psicobiológicos aos aspectos psicossociais, enfatizando a perspectiva das relações de gênero.

O exercício da maternidade e paternidade revela-se temática importante no estudo das relações de gênero, uma vez que é determinado pela concepção dos papéis de gênero própria ao contexto sócio-cultural, reservando a homens e mulheres modos específicos de lidar com as questões da procriação e cuidado com as crianças. Ao mesmo tempo, os papéis de gênero são transformados, ao longo da história, pela vivência cotidiana e concreta que homens e mulheres têm da paternidade e da maternidade.

A consideração dos aspectos psicossociais presentes nos proces-

sos de gravidez e parto vem contribuir para a prática da assistência psicológica a partir da compreensão da paternidade e da maternidade como elementos da construção da identidade psicossocial, fruto da articulação da consciência de si com os processos sociais.

Para estudar a vivência da gravidez em seus aspectos psicossociais, relacionando-a às mudanças na identidade do homem e da mulher e na relação do casal, busquei traçar quatro dimensões que se entrelaçam nas malhas da sua história subjetiva e social. Na primeira dimensão, a vivência e a elaboração da gravidez pelos sujeitos; na segunda, as influências da vivência da gravidez na dinâmica do casal; na terceira, as relações entre a identidade sócio-cultural dos sujeitos e a experiência da gravidez; finalmente, como o discurso e as práticas psicológicas referentes à gravidez são apropriadas e elaboradas pelos sujeitos.

Fui buscar estas dimensões no discurso dos sujeitos e para tanto escolhi como instrumento a entrevista aberta, que propõe ao entrevistado um tema, evitando-se perguntas fechadas e rigidamente pré-estabelecidas. Os entrevistados foram convidados a falar livremente sobre suas experiências de gravidez e parto; sobre a emergência do desejo de terem filhos; sobre o relacionamento social do casal antes e depois da gravidez, tendo em vista a família e o grupo social mais amplo; sobre a sexualidade do casal antes, durante e depois da experiên-

cia da gravidez e parto; e finalmente sobre a vida profissional.

A temática da gravidez e parto, enquanto vivências psicossociais, é estudada à luz do conceito de Sujeito Psicológico (DOLLE), como um sistema, no qual interagem entre si quatro elementos (sujeito biofisiológico, sujeito afetivo, sujeito cognitivo e sujeito social). O sujeito psicológico está em constante interação com outro sistema que é o meio, composto, essencialmente, por três elementos: Objetos Naturais e Artificiais, Sujeitos e Regras Institucionais. Ressalto o aspecto das regras institucionais com especial ênfase para as relações de gênero e de parentesco, no intuito de tratar a identidade psicossocial na perspectiva da articulação entre a consciência de si e os processos sociais.

Abordo a questão da paternidade e da maternidade sob o ponto de vista das teorias psicológicas que discutem a presença e/ou ausência do desejo de posteridade em homens e mulheres, relacionando-a à construção da identidade sexual. Tal perspectiva amplia-se pela aproximação de outras disciplinas tais como a História e a Antropologia, que mostram as mudanças ao longo do tempo e as diferenças de significado da maternidade e paternidade entre culturas, reiterando a compreensão dos processos de gravidez e parto em seus aspectos psicossociais.

O mundo recomeça a cada nascimento, carrega o velho e inventa o novo. Cotidianamente, pela ação de mulheres e homens concretos, as

regras sociais são ressignificadas. Cotidianamente, homens e mulheres são constituídos pela ação da cultura. O sujeito é o resultado desta dupla determinação e interação dialeticamente com o meio, produzindo mudança e conservação.

A experiência de gravidez produz, necessariamente, a articulação da história subjetiva e social dos sujeitos envolvidos. Sua identidade é, então, ressignificada, uma vez que, neste momento: (a) emergem as marcas da sua história familiar, sobretudo aquelas que dizem respeito às relações com os próprios pais; (b) emergem as formas pelas quais foram socializadas para o desempenho dos papéis de gênero; (c) emerge a maneira pela qual cada um reinterpretou as significações imaginárias acerca do ser homem ou do ser mulher.



Tim para menores

Estreou em setembro, no Teatro da Cidade, em BH, o musical infantil "Pianíssimo", um texto do carioca Tim Rescala dirigido por Pedro Paulo Cava.

A montagem vem despertar a musicalidade do público mirim. Com uma história simples e bem humorada de uma inquieta menina que não quer aprender a tocar piano, Tim mistura elementos de sonho e magia, tratando a criança com todo o respeito que ela merece.

Ao transpor o texto para o palco, Pedro Paulo explora toda a sua carga poética. Através de um super elenco, além da presença sempre sedutora de bonecos e um piano mágico, as crianças são levadas a uma viagem lúdico-musical bem divertida.

O elenco desta montagem traz os atores Maurício Tizumba, Thaís Garayp, Selma de Lima, Leonardo Diniz, Raquel Campolina, Neise Neves, Fernanda Werneck, Fábio Ferreira e Renata Durães. "Pianíssimo" cumpre temporada no Teatro da Cidade aos sábados às 16:00 horas e aos domingos às 10:30 e 16:00 horas. O Teatro da Cidade fica na Rua da Bahia, 1341. Os psicólogos inscritos no CRP-04 terão desconto de 20%, mediante apresentação da carteira do Conselho. Maiores informações pelo telefone 273.1050.



O Departamento de Psicologia da UFMG estará promovendo, de 17 a 21 de outubro de 94, na Fafich, a "2ª Semana de Psicologia Política". Durante o evento, que conta com o apoio e participação do CRP-04, haverá palestras, debates, mesas redondas, cursos, exposição de filmes, artes plásticas e cênicas enfocando o tema "A Psicologia e a Ideologia no Trabalho em Comunidades". Maiores informações pelo telefone 448.5021.

Nos dias 30 de setembro e 1º de outubro estará acontecendo a "1ª Jornada de Psicologia Judiciária - A legalidade da subjetividade", na Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. O evento é uma promoção do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com apoio do CRP-04. Informações e inscrições pelo telefone (031) 330.2345. Outro evento reunindo psicólogos e profissionais do Direito será realizado de 24 a 26 de novembro em Belo Horizonte. Trata-se do "1º Simpósio Mineiro de Psicologia Jurídica", promovido pelo CRP-04, que abordará temas relacionados às áreas de infância e juventude, família e criminal. Maiores informações no CRP, pelo telefone 261.1146.

O Departamento de Psicologia da PUC/MG estará realizando com apoio do CRP-04, de 18 a 21 de outubro, de 19 às 22 horas, a sua "III Jornada Clínica". O evento acontecerá no auditório 1 do Campus da Católica. Maiores informações pelo telefone (031) 319.1322.

A ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social realizará, nos dias 10 e 11 de novembro de 94, em Belo Horizonte, o "VIII Encontro Mineiro de Psicologia Social". O evento estará organizado em torno de cinco grupos de trabalho, todos com temáticas relacionadas ao ensino da Psicologia Social. Maiores informações e inscrições pelo telefone 227.8133.

O CRP promoverá, até o fim do ano, seminários na área de Psicologia da Saúde Pública, a serem realizados na terceira sexta-feira de cada mês. Em outubro será abordado o tema "O lugar da Saúde Mental na Saúde", a cargo de Eduardo Mourão. Já em novembro será a vez da Psicologia Hospitalar. Maiores informações pelo telefone 261.1146, com a Câmara dos Psicólogos da Saúde do CRP-04.

A ABRE-TE/SP (Associação Brasileira de Síndrome de RETT) e o GEPARI (Grupo de Estudos e Pesquisas em Autismo e outras Psicoses Infantis) estarão realizando, de 18 a 20 de outubro, no Auditório da Universidade São Judas Tadeu, em SP, o II Encontro Brasileiro sobre a Síndrome de RETT e o II Seminário sobre Distúrbios do Desenvolvimento. Maiores informações pelos tels. (011) 255.1388 e (011) 258.7363.

A Associação Brasileira de Brinquedotecas estará realizando, de 21 a 23 de outubro, no Auditório da Universidade São Judas Tadeu, em SP, o II Congresso Brasileiro de Brinquedotecas. Informações e inscrições: (011) 255.1388 e (011) 258.7363.

Em parceria com a Faculdade de Ciências Humanas da FUMEC (Fundação Mineira de Educação e Cultura) de Belo Horizonte, o Instituto Cavalcanti vem oferecendo desde 1993 dois cursos de especialização "latu sensu": em Sexualidade Humana e em Educação Sexual. Os cursos têm duração de um ano (360 horas/aula), com atividades nos fins de semana. As vagas são limitadas. Maiores informações: FUMEC (031) 281.4044 ou Instituto Cavalcanti (031) 227.3413.

A Universidade Federal de Pernambuco inicia, em outubro, a seleção de candidatos para o seu Mestrado em Psicologia, curso classificado em nível A na avaliação da CAPES, desde 81. A área de concentração é a Psicologia Cognitiva. As inscrições vão de 22 de outubro a 23 de novembro de 94 e devem ser encaminhadas ao Curso de Mestrado em Psicologia da UFPE, CFCH, 8º andar, Cidade Universitária, Cep 50670-901, Recife PE. Maiores informações pelo telefone (081) 271.8272.

AGENDA

CLASSIFICADOS

○ *Jornal do Psicólogo* está reservando um espaço para você, psicólogo inscrito no CRP-04, anunciar gratuitamente oferta de consultórios, sublocação etc, exceto para divulgação de seu trabalho. Para incluir anúncio nesta coluna basta enviar um texto de duas linhas datilografadas de 72 toques ao CRP-04. Este espaço está aberto a todos os profissionais de Minas e do Espírito Santo.

• Desejo montar e dividir consultório na região da Savassi ou Funcionários. Tratar com Gilda pelo telefone 261.6387.

• Sublocação de consultório próximo ao Colégio Santo Agostinho, na Rua Bernardo Guimarães, 2.598 - Bairro Santo Agostinho. Tratar com Elvira pelo telefone 226.2616 (manhã) e 335.6833 (tarde).

• Divido salas no centro ou subloco horários para psicólogos que trabalham com seleção (recepção e atendimento). Tel: 224.0787, com Julieta.

• Subloco consultório de psicologia na Rua Timbiras, 1936/901, em Lourdes, próximo à Rede Globo. Tratar com Danielly, 319.1447.

• Divido consultório à Rua Tomé de Souza, 503 - Savassi. Tratar com Maria do Carmo pelos tels. 275.1275 ou 221.1558.

• Alugo consultório para atendimentos de psicologia no bairro Funcionários. Tratar com Denise, pelo telefone 225.0497.

• Alugo consultório na Rua São Paulo, 1631/902. Tratar com Zélia Reis pelo telefone 461.2486.

• Sublocam-se os horários da tarde em consultório de psicologia. Tratar com Sandra pelo telefone 241.3088.

• Sublocam-se horários em consultório de psicologia no Centro. Tratar com Ângela (467.5628), Regina (463.6061) ou Carla (212.3661).

• Sublocação em horários de psicologia, na Rua Timbiras, 1940/903, em Lourdes. Fone: 342.3442 ou 261.3182, com Yara.

• Subloca-se sala na Savassi, à Rua Fernandes Tourinho, 235/802. Tratar com Simone pelo telefone 201.2944 ou 225.0953.

• Subloco horários pela manhã em consultório próprio no Santo Agostinho. Ótima localização, sala mobiliada e decorada em prédio novo. Tratar com Saskia, pelo telefone 468.9121.

• Subloco horários em consultório no Centro. Tratar com Bernadete, 442.8449.

Novos caminhos para a Psicologia

Congresso Constituinte sintoniza a profissão com as demandas sociais

Os psicólogos brasileiros concluíram o processo constituinte da profissão em Congresso realizado em Campos do Jordão, de 25 a 28 de agosto de 94. Neste exercício de reflexão sobre seus fazeres, 162 delegados de todo o país discutiram e votaram as 554 teses selecionadas em etapas anteriores, atendendo aos principais objetivos do CNCP - repensar as teorias e práticas da Psicologia a partir da formação e exercício profissionais, em busca de uma organização política da categoria, sintonizada com as demandas da sociedade.

O Congresso Constituinte trouxe avanços significativos em relação às entidades e à organização política dos psicólogos. Os dois outros eixos temáticos em discussão, referentes à formação e ao exercício profissional, apesar de um pouco prejudicados no tocante ao aprofundamento das questões levantadas, geraram a constituição de fóruns de discussão que visam alcançar, após uma análise mais detida, os avanços já obtidos em relação às entidades. Daqui em diante, o CFP e os Conselhos Regionais deverão iniciar a etapa de efetivação das propostas aprovadas, trabalhando por mudanças na legislação.

Entidades e organização política

Das propostas referentes às entidades e à organização política foram retirados quatro princípios básicos, todos pautados na defesa dos direitos da cidadania: 1 - A intervenção das entidades da categoria rumo à construção de uma sociedade democrática; 2 - A normatização, orientação e fiscalização do exercício profissional com ênfase na qualidade dos serviços prestados; 3 - A mobilização dos psicólogos para o debate permanente de questões referentes aos seus fazeres; 4 - O respeito pelas especificidades de cada entidade da categoria e a busca de uma ação integrada em defesa dos saberes e fazeres da Psicologia.

Entre as funções dos Conselhos, destaca-se a de influir na formulação de políticas públicas e nas questões relacionadas às condições de vida e cidadania, especialmente as ações que afetam diretamente as atividades dos psicólogos. Garantiu-se a característica dinâmica do órgão como espaço de reflexão e crítica, enfatizando-se a importância da ampliação dos canais de comunicação com a sociedade.

No que se refere à estrutura dos Conselhos, o Congresso conseguiu avançar, em especial quanto à proposta que transforma o Conselho Federal de Psicologia em Conselho Nacional de Psicologia, privilegiando o conjunto de cidadãos que constituem a nação, e não mais a Federação. Das mudanças em relação às eleições, o voto universal torna-se facultativo e as chapas para os Conselhos Regionais serão inscritas em Congressos Regionais, com convocação geral da categoria. Haverá um Congresso Nacional de delegados regionais que, além de articular chapas para o Conselho Nacional de Psicologia, terá caráter deliberativo e traçará, a cada três anos, as diretrizes políticas da entidade, que permanece de caráter público

mas não federativo e com filiação e anuidade compulsórias.

Dessa nova estrutura, decorrerá uma descentralização e fortalecimento dos Regionais, que manterão a mesma forma até o próximo Congresso Nacional, designando membros que participarão do "Fórum de Entidades". Este Fórum aglutinará, além de membros do Conselho, representantes de outras entidades da Psicologia, como a Fenapsi (Federação Nacional dos Psicólogos), o Enep (Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia), o SESU (Secretaria de Educação Superior, do MEC), entre outros.

Ainda em relação à função do Conselho, foi acordado que a entidade deverá promover o debate sobre os limites e a competência do campo de atuação do psicólogo e definir critérios de qualidade do exercício profissional junto a outras entidades congêneres. Além disso, ressaltou-se a necessidade de se ampliar a participação da entidade em movimentos sociais e de posicionamentos políticos, quando se fizer necessário.

Exercício profissional

O Código de Ética deverá ser submetido a uma revisão para se tornar compatível com os novos princípios aprovados no Congresso e a nova ordem social e jurídico-institucional do país.

A discussão em torno do exercício profissional confirmou os quatro princípios anteriormente estabelecidos e abordou vários temas polêmicos, entre eles a utilização de laudos e exame psicotécnico. A este respeito, o Conselho deverá propor uma reflexão sobre o atual modelo de perícia, visando evitar seu caráter estigmatizante, além de promover debates sobre práticas da Psicologia que tenham interfaces com outras profissões.

A atuação dos psicólogos junto à Educação e outros temas a ela relacionados, como a legislação sobre as salas especiais, foram objeto de várias propostas, devendo ser analisados com mais profundidade durante encontros do Fórum específico. Por enquanto, estabeleceu-se que as ações da entidade devem caminhar no sentido de garantir ao psicólogo o exercício da docência em todas as disciplinas que ele tem direito, enquanto licenciado em Psicologia. Também foi determinado que o CFP participe do Fórum Nacional em defesa da escola pública e discuta a inserção e contribuição do psicólogo educacional na nova lei da LDB.

Quanto à Psicologia do Trânsito, foi enfatizada a necessidade de se realizar um trabalho preventivo. Além disso, os Conselhos Regionais de Psicologia deverão formar a "Comissão de Trânsito" para orientar e fiscalizar a atuação do psicólogo nesta área e incentivar a criação de equipes multiprofissionais junto aos DETRANS.

No que concerne à remuneração do profissional, definiu-se que os Conselhos Regionais darão apoio aos sindicatos no sentido de estabelecer uma tabela referencial para convênios, contratos institucionais e estabelecimento de um piso salarial, além de lutar pelo cumpri-

mento da lei que prevê pagamento de adicional em situações de periculosidade ou insalubridade e propor a isonomia salarial para o caso do psicólogo que atua em equipe multiprofissional.

A responsabilidade técnica do psicólogo frente à comunidade foi o primeiro ponto a constar das propostas aprovadas que abordaram a Psicoterapia. Em seguida, foi assegurado aos profissionais o direito de pesquisar técnicas e métodos dentro do campo científico, cabendo às universidades, à comunidade profissional e aos usuários referendarem técnicas e teorias consideradas alternativas.

Quanto ao trabalho do psicólogo junto à Justiça, os Conselhos Regionais deverão criar parâmetros bem determinados que impeçam o uso prejudicial dos serviços do profissional, além de promover mudanças na forma de avaliação psicológica utilizada no decorrer dos processos. Com isto, está-se evitando que o envolvimento com a Justiça se torne um momento estagnado da vida dos indivíduos e passe a ser encarado como um processo dinâmico. Nossa participação no Mercosul também foi abordada, e decidiu-se manter um fórum permanente de discussão com os psicólogos do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, com vistas à necessária unificação dos procedimentos profissionais.

A emissão de atestados de afastamento por motivo de saúde foi aprovada e teve suas condições regulamentadas. Decidiu-se também trabalhar no sentido de conseguir a reformulação do texto do CBO - Catálogo Brasileiro de Ocupações - com o objetivo de conferir ao psicólogo funções de maior relevância, como planejamento e coordenação.

No debate sobre os temas relativos à saúde pública, foi enfatizado o apoio à Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1401/93, que obrigou os convênios a cobrirem todas as doenças constantes no Código Internacional de Doenças da OMS. Buscando trabalhar de forma integrada com os outros Conselhos da área de saúde, os Conselhos de Psicologia deverão lutar pela definição de uma política de saúde integral e em sintonia com os princípios do SUS.

Houve consenso de que os Conselhos de Psicologia deverão pautar sua ação no sentido de fortalecer o Movimento Anti-Manicomial em todos os níveis e trabalhar na produção de alternativas ao modelo hospitalocêntrico. Além disso, a entidade deverá agir em conjunto com os sindicatos em busca de melhores condições de trabalho nos estabelecimentos de saúde, privilegiando os critérios de qualidade dos serviços e promoção da cidadania.

Formação profissional

Uma formação em Psicologia que contribua para transformar a realidade brasileira, produzir conhecimento crítico e possibilitar uma prática a serviço da maioria da população - este é um dos princípios que deverão nortear as atividades do Conselho, no que concerne à formação profissional. Além dele, constam também o esforço em superar as limitações do modelo de ensino tecnicista, visando a produção do conhecimento

A Psicologia acaba de passar por uma grande avaliação. Foi concluído o seu processo constituinte, após três anos de trabalho. A última etapa foi realizada em agosto e reuniu psicólogos de todo o país. A 4ª Região, MG e ES, foi representada por 16 delegados, eleitos durante o "Congresso Regional Constituinte", a penúltima fase do processo. Das propostas aprovadas no Congresso Nacional Constituinte, algumas dependem apenas do CFP e deverão ser objeto de suas próximas resoluções, enquanto outras exigirão mudanças na lei e dependem de decisões do Congresso Nacional.

integrado às necessidades sociais, e o compromisso com a articulação das teorias e práticas da Psicologia a outras áreas da ciência.

A formação do psicólogo deve incluir seu posicionamento ético e político diante dos problemas sociais, além de abranger as várias abordagens psicológicas e implicações éticas relativas às diversas áreas de atuação do profissional. Postulou-se a necessidade de uma formação generalista, que atenda às demandas sociais e à interdisciplinaridade tanto prática quanto teórica. O currículo deverá focar tanto as relações sociais quanto o indivíduo e estar em sintonia com as necessidades da região onde o curso se encontra.

Entre as propostas aprovadas, destacam-se a que se opõe à abertura de novos cursos de graduação em Psicologia até que se avalie os já existentes e a necessidade de haver uma revisão curricular, com a introdução de conteúdos mais adequados às demandas atuais.

Foi também reconhecida a necessidade de haver uma parceria entre os Conselhos e o corpo docente e discente das agências formadoras, realizando um trabalho conjunto, buscando esclarecer aspectos referentes ao campo de atuação profissional, distinção entre áreas de conhecimento, mercado de trabalho e estágios supervisionados.

Enfatizou-se a necessidade de uma abordagem mais abrangente no campo da Psicologia Escolar e das questões referentes à terceira idade. Várias disciplinas foram propostas para inclusão nos currículos dos cursos de Psicologia, entre elas "Psicologia Forense", "Psicologia do Esporte" e "Psicologia do Trânsito". Aprovou-se a tese que propõe a regulamentação da residência em Psicologia em todo o país. A existência de critérios transparentes e democráticos para avaliação dos cursos e o estabelecimento de permanente diálogo entre o Conselho e as agências formadoras foram contemplados em várias teses. Foi ressaltada a necessidade de se assegurar que a Ética não seja vista apenas como uma disciplina isolada, mas permeie todo o curso, se fazendo presente em matérias técnicas e teóricas.

Araxá

Os integrantes da Associação dos Psicólogos de Araxá deverão eleger, em outubro, a nova diretoria da entidade para os próximos dois anos. Segundo a psicóloga Aparecida Cruvinel, que presidiu o último mandato, a Associação tem a finalidade de congregar os psicólogos e incentivar o aperfeiçoamento profissional, além de divulgar a profissão e prestar esclarecimentos quanto aos seus aspectos éticos e técnicos. A última gestão realizou eventos voltados para a comunidade, abordando questões relativas à mulher e à criança, além de promover a exibição de filmes e a realização de palestras em parceria com o CRP. Maiores informações sobre a Associação pelo telefone (034) 661.4108.

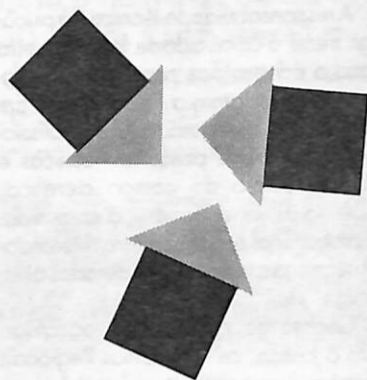
Governador Valadares

"Introdução à Lacan" é o tema da Mesa Redonda promovida pelo Centro de Estudos Freudianos de Governador Valadares, no dia 22 de outubro, às 16:00 horas. Durante o seminário, serão apresentados trabalhos de seus participantes - Gleice Dallúz Eller, Maria Margareth Vasconcelos, Maria do Socorro Araújo, Othoniel Cerqueira e Robson J. Campos. O evento será realizado no Centro de Estudos do Hospital Municipal. Maiores informações e inscrições com Eliene Nery (033) 271.1466 e Sandra Athayde (033) 271.6471.

Montes Claros

O Núcleo de Psicologia de Montes Claros apoiou, em parceria com a Secretaria de Saúde, a edição do "Guia Saúde", lançado na segunda quinzena de agosto. Trata-se de um catálogo com todos os profissionais e estabelecimentos de saúde da cidade, distribuído gratuitamente a todos os assinantes da lista telefônica. É a segunda vez que o Nú-

cleo de Psicologia apóia a edição do Guia, onde constam os nomes de todos os psicólogos da cidade. O profissional que se dispõe a contribuir financeiramente tem, além de seu nome, endereço e telefone publicados. A publicação é anual. Quem quiser colaborar com a próxima edição e ter o seu nome e telefone incluídos deve procurar Ana Cristina Couto Amorim, no telefone (038) 221.1586 e 222.4104.



Muriae

Em Muriae, o dia do Psicólogo, 27 de agosto, foi marcado pela realização de um debate em torno do tema "A percepção que a comunidade tem do papel do psicólogo". O encontro foi organizado pela articuladora do CRP-04 na região, Margarida Rodrigues, e reuniu diversos profissionais, entre educadores, assistentes sociais, médicos e psicólogos. Discuti-se desde a importância da Psicologia para o estudo da literatura até a necessidade de se ter um psicólogo mais inserido na rotina da comunidade - escolas, hospitais, instituições em geral, sem deixar de passar pelas questões sociais da violência e da falta de assistência à população. O debate trouxe contribuições para todos que dele participaram, já que possibilitou a troca de informações e experiências entre os profissionais.

Três Pontas

O Dia do Psicólogo foi comemorado, em Três Pontas, com a realização da "1ª Semana da Psicologia", de 22 a 26 de agosto. O evento foi promovido pelos psicólogos que atuam na cidade e contou com diversos patrocínios, o que demonstra a mobilização conseguida em torno do tema. Esta "1ª Semana" teve o objetivo de divulgar a Psicologia através de atividades de orientação profissional à comunidade. O programa abordou três temas - "Sexualidade", pela psicóloga e sexóloga Regina Adoglio Netto, de São Paulo; "A criança no lar e na escola", por Roberta Gomes e Márcio Swrites, psicólogos de Alfenas; e "Distúrbios da Aprendizagem", pela psicopedagoga Maria das Graças Fonseca, de Belo Horizonte. Segundo Jorge Augusto Marinho de Lima, um dos organizadores, o evento alcançou seus objetivos - divulgar a Psicologia e prestar serviços à comunidade.

Uberaba

O Escritório Setorial do Triângulo Mineiro (ETM), visando proporcionar serviços mais acessíveis à categoria, está firmando convênios com profissionais liberais, instituições, estabelecimentos comerciais, livrarias e farmácias na área de sua jurisdição. Já estão sendo assinados os primeiros convênios com profissionais e estabelecimentos localizados em Uberaba e, em breve, tais contratos serão estendidos a outras cidades da região. Os psicólogos interessados poderão informar-se diretamente no ETM (veja endereço e telefone no rodapé desta página) ou aguardar a relação de conveniados que será remetida para seu endereço.

Um projeto voltado para o atendimento psicológico a pacientes terminais está em andamento junto aos estabelecimentos de saúde de Uberaba. O trabalho está sendo realizado pelas psicólogas Regina Zanforlin e Maria Clélia Vaz Araújo. Maiores informações pelo telefone (034) 333.4247.

Referência Mínima

Às clínicas, empresas e profissionais prestadores de serviços de Psicologia Organizacional. Assunto: Referência Mínima de Honorários para a área de Recursos Humanos. Tabela com valores atualizados para o período de 01 a 30 de setembro de 1994. O Conselho Regional de Psicologia 4ª Região MG/ES leva ao conhecimento de seus inscritos e demais pessoas interessadas o valor da UP - Unidade de Serviços de Psicologia - para o mês de setembro de 1994:

UP = R\$ 0,41
(Correção feita pelo IPC-R)

Os serviços abaixo descritos passam, portanto, a ter os seguintes valores mínimos para sua prestação:

• Recrutamento: (por vaga preenchida)
OBS: cobrança percentual em relação ao salário do cargo (Custo Empresa).

Até 1 salário mínimo e meio: 100%
Acima de 1 salário mínimo e meio: 75%

• Avaliação Psicológica: (por laudo)

Nível Operacional:
55 UPs = R\$ 22,55

Nível Técnico:
80 UPs = R\$ 32,80

Nível Superior:
100 UPs = R\$ 41,00

• Treinamento: (por hora de atividade)
130 UPs = R\$ 53,30

• Consultoria: (por hora de atividade)
200 UPs = R\$ 82,00

Para quaisquer esclarecimentos, entre em contato: (031) 261-1146.

Descontos para os psicólogos inscritos

O CRP-04 firmou mais um convênio que vem beneficiar os psicólogos nele inscritos. A CORPORALLIS - Centro de Estética e Emagrecimento Ltda. - dará 10% de desconto sobre a tabela em qualquer serviço oferecido, mediante apresentação da carteira de

psicólogo. Os serviços variam desde depilação, massagens e ginásticas até implante de cabelo e cirurgias plásticas. A Corporallis fica na av. Bandeirantes, 809 Mangabeiras Belo Horizonte. Fone: 227.7068. A seguir, os demais convênios firmados.

Odontológicos

• Dr. Maurício Cardenal, para as áreas de prótese, endodontia e dentística. Desconto de 50% sobre a tabela da

ABO. Rua Outono, 351 sala 13 Sion. Fone: 227.1094.

• Dra. Maria de Freitas, com descontos que variam de acordo com os serviços prestados. Rua Tomé de Souza, 860 sala 801 Savassi. Fone: 261.5358.

Outros

• Drogaria Vacha: descontos de 15%. Rua Santa Cruz, 635 Gutierrez. Fone: 371.1680.

• Aulas particulares de francês e tradução de textos de Psicologia, com Rogério. Rua Goitacazes, 211 sala 603, em Belo Horizonte. Fone: 224.1524.

• Cooperativa Editora e de Cultura Médica - A Coopmed tem três lojas em Belo Horizonte: Av. Bernardo Monteiro, 930; Av. Alfredo Balena, 190 (na Escola de Medicina); Av. Antônio Carlos, 6627, no ICB/UFMG. Tel: 273.1955 e fax: 226.7955.

Representantes e articuladores do CRP-04 em Minas Gerais e no Espírito Santo.

• Escritórios Setoriais:

Espírito Santo (EES) - Representante: Maria Tereza da Silva Cardoso - Praça Getúlio Vargas, 35 sl 820 Centro, Vitória, ES CEP 29010-350. Tel.: (027) 222-7394.

Triângulo Mineiro (ETM) - Representante: Vicente de Paulo Marques de Almeida - Rua João Pinheiro, 546/16 - Piso B, Centro, Uberaba - CEP 38010-040 - Tel.: (034) 333-6522.

Zona da Mata (EZM) - Representante: Américo Galvão Neto. Avenida Barão do Rio Branco, 2.679/810 - Ed. Stela Central, Juiz de Fora. CEP 36010-012 - Tel.: (032) 215-6779.

• Articuladores:

Araguari: Lúcia Santos Coelho - R. Uberaba, 266, Centro. 38440-000. Tel.: (034) 241-3179
Araxá: Aparecida Maria de Souza Borges Cruvinel - Rua Doulor Edmar Cunha, 219 A, Centro. CEP 38180-000. Tel.: (034) 661-4108

Cachoeiro do Itapemirim: Carmen Lúcia Rocha de Jesus Grillo - Av. Pinheiro Júnior, 23, Centro. CEP 29307-300 Espírito Santo. Tel.: (027) 521-0944 Ramal 1494

Divinópolis: Arlete Marchiori Macedo Diniz - Rua Minas Gerais, 655/214.

CEP 35500-007. Tel.: (037) 221-9398 e 221-1979.

Governador Valadares: Sandra Athayde Silva - Avenida Minas Gerais, 700/112, Centro. CEP 35010-151. Tel.: (033) 271-6471.

Ituiubata: Sônia Divina Costa Rosado - Rua João Martin de Andrade, 363-A, Platina. CEP 38300-000. Tel.: (034) 261-3281.

Montes Claros: Ana Cristina Couto Amorim - Avenida Santos Guimarães, 123, Sagrada Família. CEP 39401-014. Tel.: (038) 221-1586 e 221-2115.

Muriae: Margarida Maria Paulo Rodrigues - Rua Barão de Monte Alto, 125/113. CEP 36880-000. Tel.: (032) 721-0510.

Patos de Minas: Márcia Campos de Andrade - Rua José Alves Coelho, 125, Aurélio Caixeta. CEP 38700-000. Tel.: (034) 821-2040.

São João del-Rei: Maria Tereza Antunes Albergaria - Praça Guilherme Milwat, 52. CEP 36300-000. Tel.: (032) 371-4167.

Ubá: Maria de Fátima Paula de Souza - Av. Comendador Jacinto Soares de Souza Lima, 1052/201. CEP 36500-000. Tel.: (032) 371-4167.

Uberlândia: Márcia de Oliveira Prata - Av. Cesário Alvim, 14 sl 1503, Centro. CEP 38400-043. Tel.: (034) 234-8372 e 235-5258.

Neste número, o JP contou com a colaboração da psicóloga Roselane Martins C. Castro, que nos enviou um artigo sobre um campo de atuação ainda pouco conhecido para a Psicologia, em parceria com o Direito. Roselane é psicóloga jurídica do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e mestranda em Psicologia Social pela UFMG.

A Psicologia no contexto jurídico: contribuição ao debate

Roselane Martins C. Castro

O campo da Psicologia Jurídica é ainda pouco explorado em nosso meio. O número de publicações na área é reduzido e verifica-se a quase ausência de discussões entre os interessados no tema. Apesar disso, o trabalho dos psicólogos junto às Varas de Família tem sido objeto de discussão por parte de alguns autores, como Brito (1992), Goldemberg (1991) e Brito (1994).

Nossa atuação como psicóloga jurídica no Tribunal de Justiça em Belo Horizonte coloca-nos inúmeras questões referentes ao trabalho que se realiza, principalmente com separação de casais e guarda de menores. É nesse sentido que o presente artigo procura apontar, em linhas gerais, algumas questões relativas ao tema, envolvendo aspectos práticos e éticos dessa atuação.

Ao longo de sua história, a prática psicológica no âmbito jurídico vem se dando, basicamente, sob a forma de perícias. No campo relativo às famílias, a atuação dominante também se faz nesse sentido. A legislação brasileira surge regularizando a perícia como uma prática psicológica possível no âmbito jurídico. No Código de Processo Civil, o artigo 139 apresenta o trabalho do perito como o de um auxiliar da Justiça. A perícia é considerada uma modalidade de prova e define-se como "vistoria, exame, avaliação" (art. 420). O artigo 145 deste Código afirma que "o juiz poderá ser assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico". A prática da perícia também está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, onde, na Seção IV, relativa à colocação da criança em família substituta, trata-se do assunto: "A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público, determinará a realização de estudo social ou, se possível, perícia por equipe interprofissional, decidindo sobre a concessão de guarda provisória, bem como, no caso de adoção, sobre o estágio de convivência".

O trabalho do perito nas Varas de Família assemelha-se à perícia na área criminal. A atuação do psicólogo-perito se dá, basicamente, através da elaboração de laudos e pareceres que descrevem as condições psicológicas das pessoas envolvidas em processos

jurídicos. Os testes psicológicos e entrevistas são os instrumentos fundamentais. Nesse trabalho, o psicólogo procura colher e fornecer à Justiça dados que facilitem as decisões judiciais, de forma que seu laudo passa a adquirir um caráter de prova no processo. Nesse sentido, a atuação do psicólogo se pauta, principalmente, por avaliações psicodiagnósticas das partes e das crianças envolvidas em processos jurídicos.

Embora este modelo de psicologia jurídica seja o dominante, uma crítica a essa vertente e uma proposta de ação diferenciada nas Varas de Família também se faz presente. Alguns autores questionam a atuação do psicólogo restrita às perícias e laudos psicológicos. Brito (1994), por exemplo, se refere a estudos que indicam que a perícia pode agir no sentido de reforçar a disputa entre os cônjuges.

Brito (1994), a partir de pesquisa realizada sobre a atuação do psicólogo jurídico nas Varas de Família, conclui que há uma demanda, por parte de alguns juristas, de que a psicologia atue como facilitadora de um entendimento entre as partes, principalmente nos assuntos relativos aos filhos. Assim, o trabalho psicológico deveria se voltar para a mediação de um acordo, e a perícia estaria restrita aos casos onde essa possibilidade não existisse. Outra direção no trabalho do psicólogo seria um atendimento às crianças envolvidas no processo, "considerando-as como sujeitos de direito (...) ao invés de percebê-las simplesmente como sujeitas aos direitos de seus pais" (p. 50). Se o fazer psicológico ligado à Justiça estiver restrito à realização de perícias, sua contribuição é fornecida apenas ao sistema jurídico e muito pouco às pessoas que recorrem à Justiça.

Dolto (1989) manifesta a preocupação de que a Justiça possa oferecer atendimento à criança, visando esclarecê-la sobre aspectos da separação dos pais que lhe dizem respeito. Além disso, o trabalho do psicólogo envolveria também os pais, possibilitando-lhes a verbalização dos conflitos relativos à separação.

As atribuições do psicólogo jurídico que irão constar no Catálogo Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho trazem uma visão ampla do

campo da psicologia jurídica. O documento contempla vários aspectos do trabalho: inicia com a previsão de uma atuação em pesquisa no âmbito jurídico e assessoramento na formulação de leis. Faz referência à avaliação das condições psicológicas de pessoas envolvidas em processos jurídicos, ligada à perícia. Vislumbram-se várias áreas de atuação: familiar, criminal, sistema penitenciário, infância e juventude. Especificamente no que se refere às Varas de Família, vemos que, ao lado da perícia, enfatiza-se a orientação de casais em separação, visando a busca de decisões negociadas que partam dos próprios casais. Abre-se a possibilidade de um trabalho psicológico que busca a resolução do conflito presente nessas situações e a preservação da saúde mental das pessoas envolvidas.

Este documento expressa, com fidelidade, o debate que atualmente se trava na área. A atuação do psicólogo nas Varas de Família deve se restringir à avaliação psicológica dos envolvidos?

Em nosso trabalho como psicóloga jurídica do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, verificamos a existência de um imenso campo inexplorado de atuação e pesquisa. Os casais que utilizam o Serviço de Psicologia Forense encontram-se em situações de profundo conflito, o que, muitas vezes, dificulta a tomada de decisões sobre a guarda ou a visita dos filhos. Constata-se que o trabalho jurídico também permanece prejudicado devido à dificuldade dos casais em elaborarem esses conflitos. Dessa forma, quando uma determinação judicial é oferecida aos envolvidos, nem sempre ela é cumprida integralmente, implicando em nova procura à Justiça.

Um trabalho de pesquisa que busque conhecer como os casais vivenciam a situação de separação, que valores estão envolvidos nesse processo, como as crianças participam da questão e os efeitos da separação sobre a interação familiar e social também encontra-se aberto. O tema da família recasada é apontado, por exemplo, por Bucher (1990) como um campo relevante de investigação. Para ela, a psicologia carece de estudos que visem "investigar as repercussões para todos os

membros envolvidos nessa transformação da vivência familiar, visto que o fluxo crescente destas interações como fenômeno social traz consequências psicológicas até hoje mal conhecidas no nosso contexto cultural" (p. 165).

Finalmente, gostaríamos de apontar alguns aspectos relacionados à ética do trabalho do psicólogo jurídico que se apresentam à discussão, a partir de nossa prática. Faz-se necessária uma reflexão sobre o conteúdo e o encaminhamento dos laudos oferecidos à Justiça, seus limites e possibilidades. Outra questão importante se refere à inserção do psicólogo na instituição de Justiça. Reflexões sobre as diferenças na atuação do psicólogo funcionário da Justiça e do psicólogo assistente, contratado pelas partes do processo, apresentam-se à discussão.

A atuação do psicólogo na área jurídica, como se vê, é um campo aberto à discussão, onde os vários aspectos e as várias tendências deste trabalho necessitam ainda ser explorados.

REFERÊNCIAS

BRITO, Leila M.T. - *Varas de Família: uma questão para psicólogos?* - Rio de Janeiro, UERJ, 1992. (Dissertação de Mestrado)

BRITO, Leila M.T. - *Perspectivas de atuação do psicólogo nas Varas de Família.* In: BRITO, Leila M.T. (org) *Psicologia e Instituições de Direito: a prática em questão.* Rio de Janeiro: CRP-RJ/Comunicarte/UERJ, 1994. Págs. 48-50.

BUCHER, Júlia S.F. - *Recasamento e recomposição familiar: questões metodológicas, de linguagem e das teorias.* In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa.* Brasília, 6(2): 155-169, set/dez, 1990.

DOLTO, Françoise - *Quando os pais se separam.* 2 Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GOLDEMBERG, Gita W. - *Psicologia Jurídica da Criança e do Adolescente.* Rio de Janeiro: Forense, 1991.

NEGRAO, Teotônio - *Código de Processo Civil: Legislação Processual em Vigor,* 24 Ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

OLIVEIRA, Juarez de (org) - *Estatuto da Criança e do Adolescente,* 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

Já estão circulando os RELATÓRIOS da II Conferência Nacional de Saúde Mental, II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e II Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde. Para consulta ou reprodução do material, os interessados podem se dirigir ao CRP-04, em Belo Horizonte ou no interior, em seus Escritórios Seccionais. ■ A Revista Brasileira Internacional de Psicanálise - OPÇÃO LACANIANA - encontra-se à venda e à disposição para consultas no Setor Mineiro do Campo Freudiano, à rua Santa Catarina, 1251, em Lourdes. Lá também pode-se encontrar o último "Curinga", a revista editada pela instituição. ■ PARABÉNS ao Departamento de Psicologia das Faculdades Integradas Newton Paiva pelo 4º número da Revista PSIQUE, produto do trabalho de seus professores. ■ As Editoras Escuta e Educ acabam de lançar o livro "Escutar, Recordar, Dizer - ENCONTROS Heideggerianos com a Clínica Psicanalítica", do psicólogo Luís Cláudio Figueiredo. O autor convida-nos a participar deste encontro, do qual emanam várias questões e também novos caminhos de pensamento. ■ Os psicólogos hospitalares de Belo Horizonte vêm realizando, desde o início de 93, REUNIÕES mensais, com o objetivo de conseguir uma articulação entre os profissionais. Os encontros já contam com representantes de 10 hospitais. Quem se interessar deve contactar Paulo ou Valenir, da Santa Casa (238.8122) e Eunice ou Vânia, do Odilon Behrens (421.1000). ■ Acaba de ser lançado na Bienal do Livro, em São Paulo, o trabalho "AIDS E VIDA - Estudo Clínico Psicanalítico com pacientes HIV", de Cláudio Vital de Lima Ferreira. O livro é resultado de sua tese de Doutorado em Saúde Mental e pode ser conseguido com a Editora Lemos (011-283.5689), Editora da UFU (034-235.2289) ou direto com o autor, em Uberlândia (034-232.50.85). ■ O CEPA - Centro Editor de Psicologia Aplicada - acaba de lançar o manual da Prof. Suzana Ezequiel da Cunha intitulado "A Noção de Validade de Testes Psicológicos". Quem se interessar em adquirir a publicação, assim como os testes do Centro, deve contactar Maria Aparecida Pires ou Sandra Maciel Vidal, as novas representantes do CEPA na Grande BH, pelo tel. (031) 271.2121 ramal 396. ■ Parabéns ao IEPsi - Instituto de Estudos Psicanalíticos - pelo lançamento do número 12 da Revista GRÍPHOS, de Psicanálise. Esta edição traz, entre outros temas, "Arte e Psicanálise" e "Psicanálise e Instituição Hospitalar".. ■ Parabéns a todos os psicólogos pelo dia 27 de agosto.

Jornal do Psicólogo

Publicação do Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (MG/ES) - CRP-04
Rua Tomé de Souza, 860/10º andar - Savassi - CEP 30140-131 - Belo Horizonte-MG.
Tel.: (031) 261-1146 - Telex: (031) 392882 - Fax: (031) 261-6143

Diretoria: Mariana de Campos Mendonça, presidente; Edith Lins Eto, vice-presidente;
Cristina Ribeiro de Figueiredo Teixeira, secretária; Zulma Canuto, tesoureira.

7º Plenário: Conselheiros: Carus Trindade Guimarães; Cristina Ribeiro de Figueiredo Teixeira; Edith Lins Eto; Elvira Lídia Pessoa de Oliveira; Manoel Mata Machado; Márcia de Oliveira Prata; Maria Carmen Lopes Albricker Barbosa; Mariana de Campos Mendonça; Raymonde Jouanneau Saraiva; Regina de Mont'Alverne Neto; Ronaldo Pazini Marangoni Júnior; Simone Maria Machado da Silveira; Sônia Maria de Brito Marques Porto; Susana Cançado Teatini; Vicente Almeida; Zulma Canuto. Conselhei-

Assinaturas

"Sou estudante do 4º ano de Psicologia na Faculdade de Ciências e Letras de Assis (Unesp). Tive a oportunidade de ler um exemplar do Jornal do Psicólogo do CRP-04 e gostei muito. (...) O nível desse jornal é muito bom e ele merece ser lido por nós, estudantes de Psicologia de outros Estados, também. (...) Agradeço aos redatores e organizadores desse jornal a chance de ser mais uma leitora do JP, caso eu consiga recebê-lo em casa".

Luci Rosália - Assis, SP

"Quando eu já estava perdendo as esperanças de receber alguma notícia sobre o "Jornal do Psicólogo", o próprio chega em minhas mãos. Eu tenho certeza de que a chegada do jornal foi a notícia mais feliz que recebi nos últimos tempos. O nível do jornal é impressionante! As matérias são fantásticas e despertam grande interesse nos estudantes de Psicologia. É uma grande e bela fonte de informações(...)

Fabiana Mendes Fernandes - Tubarão, SC

JP responde: O JP comunica que o CRP-04 está trabalhando para viabilizar o sistema de assinaturas destinado a todas as pessoas que não forem inscritas no Conselho e desejarem receber o jornal. Quando a questão estiver definida, o CRP-04 enviará correspondência com todas as informações necessárias para se fazer a assinatura.

Cartas para a redação: Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG/ES) - CRP-04 - Assessoria de Comunicação Social - Rua Tomé de Souza, 860 10º andar Savassi - Belo Horizonte MG Cep 30140-131. Este também é o endereço para envio de informações, inclusive para a página "Interurbano", artigos e apresentação de teses para divulgação no JP. Os textos devem ser encaminhados com o telefone e endereço de contato. Os assinados devem ter, em média, 80 linhas datilografadas (72 toques), breve currículo profissional e, no caso das teses, indicação dos locais onde podem ser consultadas.

ERRATA: O último JP errou ao informar, em matéria publicada na página 4, "Fragmentos...", o número de conselheiros que constituem a Plenária do CRP-04. São 18 Conselheiros regionais, sendo nove efetivos e nove suplentes. Além deles, três Conselheiros federais representam a 4ª. Região no Plenário do Conselho Federal de Psicologia.

DISQUE LIVROS Livraria do Psicólogo

**CENTRO CULTURAL
Livraria Dist. Ltda**

**LIVROS E TESTES
Temos crediário próprio e
fazemos entrega à domicílio**

Atendemos pedidos pelo reembolso postal, com descontos especiais.
Tels (031) 273.4317 e 224.0663

Promoção: Freud 24 volumes:
R\$ 280,00 à vista ou 3x R\$ 110,00

Rua Curvelo, 132 lj 27 Galeria Pio VI Floresta 31010-000 Belo Horizonte MG

DISQ FREUD

RJ (021) 533.3083 BH (031) 330.5500 Bip JLM

- **Português 24 vols.** Editora Imago - 60% desconto
 - **Castelana 25 vols.** Editora Amarrortu - 30% desconto
 - **Espanhol 3 vols.** Editora Nueva - 30% desconto
- Obras completas - Nova Edição - Garantia

Atendemos a todos os estados • Entregamos a domicílio
Horário: 9:00 às 18:00 horas • CGC: 31 558 786/0001-80

ros Federais: Ricardo Figueiredo Moretzsohn e Vera Lúcia Dias (efetivos); Gerson Alves Vieira (1º suplente)
Coordenadoria Técnica: Heloísa Amaral;
Assessoria Jurídica: Rodrigo da Cunha Pereira

Editado pela Assessoria de Comunicação Social do CRP-04
Jornalista responsável: Luciana Tonelli (MTb 4685/MG)
Programação visual: Marcelo Xavier
Ilustrações e fotografias: Marcelo Kraiser e Marcelo Xavier
Edição gráfica: Cláudia Barcellos
Impressão: Editora Lítero Maciel
Tiragem: 11 mil exemplares

As matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores. O Jornal do Psicólogo as publica por acreditar na diversidade das idéias.

No atual processo de "faxina" vivido pelo país, mais uma instituição deixa cair a máscara - o ensino superior. Enquanto uma rede especializada em burlar a legislação de abertura de cursos atua em Brasília, em Minas Gerais o CRP-04 luta para impedir a criação de mais uma Escola de Psicologia fora dos critérios exigidos. Trata-se da proposta da ASSENE - Associação Educacional do Noroeste, Norte e Nordeste de Minas, sediada em Montes Claros.

A proposta não atende a um dos critérios mínimos exigidos para a abertura de curso superior - a existência de "necessidade social", sem o que não existe também mercado de trabalho. No entanto, apesar de embasado na lei, o veto à criação da Escola de Montes Claros tem sido dificultado por inúmeros artifícios, o que lamentavelmente sinaliza o uso político de concessões para cursos.

Burocracia torta

A autorização para a abertura de escolas é dada pelo Conselho Federal de Educação, ligado ao MEC. No caso de cursos do setor de saúde, o órgão deve ouvir o Conselho Nacional de Saúde (CNS) sobre a "necessidade social" da existência do curso naquela área. O CNS, por sua vez, delega a emissão do parecer ao seu representante no Estado, o Conselho Estadual de Saúde (CES).

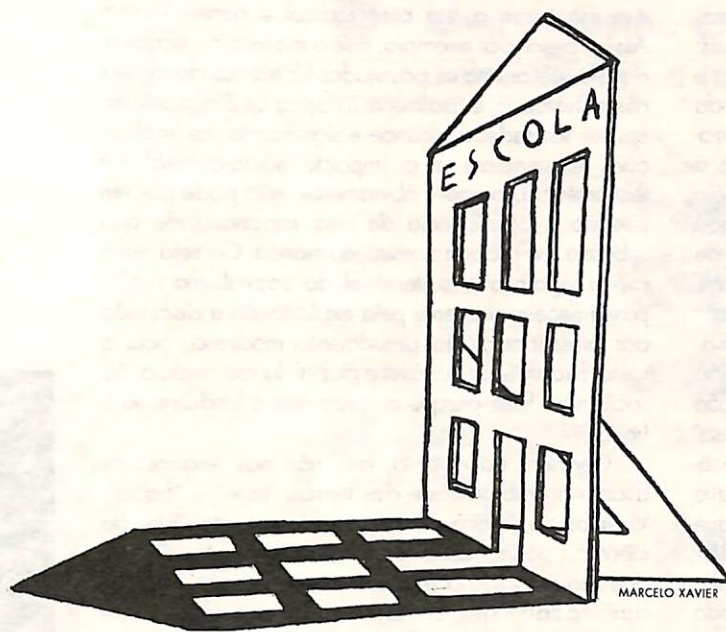
Em Minas, o CES é formado por 52 entidades da área, entre elas o CRP, e tem como função principal fiscalizar as políticas de saúde. Desta forma, a proposta de criação de uma Escola de Psicologia deve obrigatoriamente ser avaliada em sua reunião plenária.

Não foi bem o que aconteceu com a proposta da ASSENE. Seguindo um trâmite muito particular, como quem "já é de casa", a questão não foi incluída na pauta de discussões da reunião do dia 16 de maio de 94, constando apenas como "informe". No final da sessão, com apenas 14 Conselheiros presentes, o pedido foi votado e aprovado sem nenhuma avaliação, "no apagar das luzes", como enfatizou uma das representantes do CRP-04 no CES, Elvira Lúcia de Oliveira. A representante da Secretaria Estadual de Saúde apressou a aprovação, alegando que a proposta já estava esperando há muito tempo. Dos 31 pedidos de abertura de cursos de Psicologia que tramitavam no CNS, vindos de cinco Estados brasileiros, o de Montes Claros foi o único aprovado.

Rapidamente o CES envia ao CNS um parecer favorável à abertura da Escola. Ao contrário do que determina a lei, nenhuma entidade diretamente ligada à Psicologia foi ouvida. Chegando em Brasília, o parecer sem nenhum respaldo foi acatado pelo Conselho Nacional de Saúde, que aprovou a proposta da ASSENE em reunião plenária de 8 de junho.

Com isso, constatou-se que o pedido teve seu trâmite agilizado pelo Conselho Estadual de Saúde, que se esfor-

CRP luta contra abertura indiscriminada de escolas



çou para encaminhar a proposta à revelia do CRP-04, pois ela seria imediatamente questionada. Depois de informado sobre o estranho procedimento daquele órgão, o CRP inicia uma ação com o objetivo de impedir que uma política visando benefícios questionáveis obtivesse sucesso.

Em carta dirigida ao CNS e ao Secretário Estadual de Saúde, José Maria Borges, que também ocupa a presidência do CES, o CRP-04 relatou a forma obscura da condução da proposta e pediu que a situação fosse revertida. Com a carta, foi enviado também o parecer conjunto do CFP e da Fenapsi (Federação Nacional dos Psicólogos) alertando contra o surgimento indiscriminado de cursos de Psicologia no país, e um abaixo-assinado de 25 dos 58 psicólogos de Montes Claros e Janaúba posicionando-se contra a abertura da Escola de Psicologia por desconhecerem a existência de tal demanda.

Revertendo o quadro

Durante reunião do CES no dia 13 de junho, a representante do CRP, Elvira Lúcia, denunciou a maneira como a proposta da ASSENE havia sido aprovada - na surdina, sem maiores explicações. Segundo Elvira, desta forma o CES estaria "compactuando com a situação aberrante da saúde". De acordo com a Conselheira, "o momento não é indicado para abrir novos cursos, e sim avaliar os já existentes. Precisamos agora lutar por uma melhor qualificação do profissional". A Mesa Diretora, reconhecendo que a questão havia sido mal conduzida e a decisão não tinha legitimidade, colocou a pro-

posta em pauta e estabeleceu uma Comissão Tríplice para emitir um parecer sobre o caso, a ser votado na reunião seguinte.

Após estudar os documentos do CFP e da parte proponente, a Comissão formada por três membros do CES, entre eles a representante titular do CRP-04, Regina Mont'Alverne Neto, contra-indicou a abertura da Escola, por considerar "não haver necessidade social que justifique tal ato e também por nos causar estranheza a demora de se colocar em pauta o processo".

Na reunião do dia 11 de julho, o plenário do Conselho Estadual de Saúde votou de acordo com o parecer - ou seja, contra-indicou a abertura da Escola -, apesar de todo o lobby feito para ignorá-lo. Em vista disso, a ASSENE entrou com recurso no Conselho Nacional de Saúde contra o parecer que não lhe favorecia. O CNS, por sua vez, enviou todos os documentos do processo de volta ao Conselho Estadual, para serem reexaminados.

Na última reunião da entidade, em 12 de setembro, a atual representante titular do CRP-04, Elvira de Oliveira, expôs a questão e solicitou um posicionamento urgente do CES. De acordo com Elvira, o problema exige providências mais enérgicas, pois tudo indica que ele está sendo conduzido pelas vias do favorecimento político. Além disso, a psicóloga ressaltou ser esta uma oportunidade para o CES provar que não atua apenas manipulado por interesses menores. A plenária, então, decidiu reafirmar a posição manifestada anteriormente, contrária à abertura da escola, através de um documento a ser enviado ao CNS.

A lei da abertura de cursos

Em parecer conjunto, o CFP e a Fenapsi se posicionaram contra a criação de novos cursos de psicologia no momento, afirmando que "a quantidade de psicólogos que vem se formando é incompatível com a demanda do mercado e com as necessidades sociais, o que, mais uma vez, contribui para o rebaixamento profissional".

De fato, após a Lei 4119 de 27.08.62, que regulamentou a profissão, muitos cursos de Psicologia surgiram durante as décadas de 70 e 80, mas não havia critérios estabelecidos para avaliá-los. Isso provocou, segundo o parecer das duas entidades, a permanência de agências formadoras deficientes e desvinculadas da realidade do país.

Em 1986, um decreto presidencial suspende a criação de novos cursos superiores e o aumento das vagas nos já existentes. Este decreto vigorou até novembro de 89 e excluía as Universidades. Assim, as instituições de ensino isoladas, com o objetivo de contornar a lei, passaram a requerer sua transformação em Universidade. Em 1989, como o movimento foi grande neste sentido, o Governo editou mais três decretos em que estabeleceu critérios e requisitos para a criação de novos cursos nas áreas de Saúde, Direito, Ciência e Tecnologia, aos quais as Universidades também estavam sujeitas.

A criação dos cursos passou a depender de um parecer favorável do Conselho Federal de Educação. O parecer deve observar os requisitos referentes à "caracterização das necessidades sociais", "viabilidade do curso", "qualidade do projeto pedagógico" e "satisfatório atendimento das necessidades locais do ensino de 1º e 2º graus". Assim, as instituições devem requerer a autorização para a abertura de cursos junto ao CFE. O requisito referente à caracterização da necessidade social fica a cargo do CNS, ouvido o CES.

A máfia do ensino

No entanto, a credibilidade do Conselho Federal de Educação encontra-se seriamente abalada por graves denúncias, e o Palácio do Planalto está no momento estudando a sua extinção.

Em reportagem publicada pelo "O Estado de São Paulo" no dia 15 de agosto último, o jornal denunciou a existência de escritórios que intermediam a criação de cursos superiores junto ao CFE. Os escritórios estariam agindo em Brasília e cobrando preços que variam de U\$20 mil a U\$100 mil dólares pelo seu "trabalho". Tal "trabalho" consistiria, ainda segundo a reportagem, na preparação de projetos e acompanhamento da tramitação do processo no Conselho. Já o "acompanhamento" seria a utilização, quando necessária, de truques para burlar os critérios exigidos.

Esta "rede de fabricar cursos" pode ser um dos fatores responsáveis pela proliferação das escolas de ensino superior nos últimos anos, principalmente escolas da área de Saúde que são mais baratas para serem montadas, como a de Psicologia, e todos os cursos da área de Ciências Humanas.

O Canhão e o Monge

Estamos vivendo, os brasileiros de 1994, um ano memorável. Ou, antes, dada a notória fugacidade de nossa memória histórica, vivemos um ano intenso e exemplar. Intenso pela força das emoções que nos arrastaram, ora submergindo-nos no abismo da dor e do desconsolo, ora elevando-nos aos píncaros do orgulho e da euforia. Exemplar como ilustração desse movimento ciclômico de nossa cultura, uma cultura que parece pesar como uma hipoteca a onerar nossas esperanças de redenção social e integração no mundo desenvolvido. A morte de Senna e a conquista do tetra, eventos explícita e reiteradamente associados pela mídia, permitiram, pelo seu imediato efeito sísmico nas massas, visualizar essa oscilação entre os dois Brasis: o Brasil triste e humilhado da corrupção endêmica e das instituições falidas e o Brasil regenerado e altivo da economia saneada e da perspectiva de modernização. Essa transição mágica da miséria africana à sofisticação européia, já tantas vezes encenada pelo ilusionismo monetarista e outras tantas manipulada pela elite astuta e rapace, não poderia deixar de suscitar em qualquer inteligência crítica uma desconfiança teimosa e, até mesmo, uma justa indignação.

Pois bem, foi neste clima de suspeito otimismo, quando as ruas mal haviam sido limpas e a explosão catártica do futebol ainda se fazia sentir na excitação noturna dos bares, que, numa fria noite de julho, saí para jantar com meu irmão. Ele, racionalista implacável e possuidor de sólida formação científica, ironizava a alegria frívola da festa que, mesmo em seu batuque frenético, parecia incapaz de dissipar o pesado silêncio da tragédia brasileira. Uma situação de horror que, segundo ele, evidenciava-se na violência disseminada e banal de cada dia, na insensibilidade generalizada, na estupidez patética do oprimido e na hipocrisia repulsiva do opressor, mas que podia definir-se como trágica por não reduzir-se apenas à uma desordem sócio-econômica e lançar as suas raízes no chão mais profundo de nossa cultura, alimentando-se da triste seiva de nossa tradição ibérica. Seríamos, portanto, visceralmente incapazes de enfrentar o desafio de uma modernidade que impõe, como sua exigência primeira, um inexorável processo de racionalização social. Um processo que funcionaria, em analogia com o mecanismo da seleção natural das espécies, como um mecanismo de "seleção histórica dos povos" e que seria determinado por critérios de maximização da eficiência na resolução dos problemas decorrentes da crescente complexificação tecno-científica.

Esta perturbadora tese era exemplificada por uma pequena parábola: "certa vez, um monge, piedoso e inquieto, empreendeu uma longa viagem em busca da sabedoria e ao retornar, dentre as maravilhas que trazia, havia um canhão. Ao descobrirem a finalidade destrutiva daquele estranho objeto, as autoridades proibiram o seu uso e condenaram o monge à morte. Assim, com o monge executado e o canhão destruído, tudo parecia resolvido. No entanto, a "idéia de canhão" havia permanecido e penetrado no "espírito do tempo" e, alguns anos depois, ajudou a eliminar os antigos dirigentes conservadores e bem intencionados e foi definitivamente incorporada à sociedade como uma forma "superior" de resolver conflitos políticos".

O argumento contido nesta singela alegoria, apesar do incômodo que provoca ao pensamento humanista, não é fácil de ser refutado. O utopismo bem intencionado, os bons sentimentos políticos, a crença obstinada nas virtudes do povo parecem não passar de frágeis recursos retóricos, impotentes para enfrentá-lo em sua intrínseca logicidade. Mais do que isso, a sua força lógica parece comprovar-se nos acontecimentos históricos recentes, que seriam indícios inequívocos do predomínio das exigências funcionais sobre os imperativos éticos: a melancólica derrocada do "socialismo real", provocando o declínio da própria "idéia de socialismo", o triunfo do modelo neo-liberal, a louca corrida das nações para evitar a sua exclusão do sistema tecno-econômico transnacional. É verdade, pode-se contradizer, que o empobrecimento mundial e o desemprego estrutural nos países desenvolvidos

parecem anunciar a precariedade desse novo "establishment" do capitalismo fim-de-século, porém o catastrofismo, bom remédio para o ressentimento dos derrotados, jamais mostrou-se capaz de estimular a concepção de alternativas críticas e fecundas, pois as previsões sombrias cumprem, frequentemente, apenas uma função psico-ideológica, e normalmente esgotam-se no simples gozo imaginário da vingança.

Para desmontar o argumento do "canhão e do monge" seria preciso apreender, em toda a sua profundidade, o sentido ideo-histórico ou espiritual da modernidade, de modo a reconstituir as linhas de força que estruturam a sua crise radical e generalizada. Assim, creio, por exemplo, que o marxismo ortodoxo, aquele que aceita os postulados filosóficos do materialismo histórico, é totalmente incapaz de diagnosticar, em seu verdadeiro alcance e significado, as implicações existenciais e o impacto sócio-cultural da tecnociência, porque, obviamente, não pode pôr em questão a consistência de uma racionalidade que subjaz à sua própria construção teórica. Ou seja, uma crítica vigorosa e sustentável do capitalismo tardio passa necessariamente pela explicitação e discussão dos pressupostos do pensamento moderno, pois a idéia do caráter inexorável e global da racionalização social só é forte porque a razão que a fundamenta é fraca.

Convém, no entanto, que não nos enganemos quanto à ambiguidade dos termos "forte" e "fraco". Vivemos na época da hegemonia incontestável da ciência, porém esse momento culminante de seu domínio coincide com a sua máxima impotência em dar razão de si mesma, em justificar-se epistemologicamente. A partir dos anos sessenta, após a publicação da obra já clássica de Thomas Kuhn, a "estratégia positivista", que defendia uma rígida demarcação entre ciência e não ciência, entrou em decadência. Desse modo, e é o que se pode concluir da leitura do livro de Alan Chalmers recentemente publicado em português, após o desmoronamento dos critérios metodológicos e formais do positivismo, a única alternativa ao relativismo cético é o contextualismo pragmatista: a ciência justifica-se porque funciona, isto é, é capaz de atingir as metas a que ela mesma se propôs num determinado contexto histórico. O pragmatismo converte-se, então, na resposta preferencial de uma racionalidade que, sabendo-se forte em sua operacionalidade, se reconhece fraca em sua legitimidade. Mas, será que o homem, que carrega em si o dinamismo infinito do pensamento, pode assim, tão facilmente, aplacar a sua sede de sentido e de fundamento? Ou o pragmatismo não seria antes um sintoma, uma dócil contrapartida do cinismo, da fadiga de uma civilização em que, como diz Peter Sloterdijk, tudo tornou-se problemático e, portanto, tudo tornou-se indiferente?

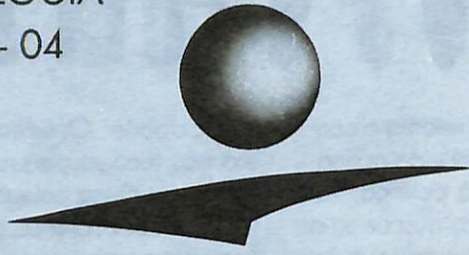
Se, como afirmou Heidegger, "a ciência não pensa", é porque o domínio planetário da técnica impõe um "pensar para além da ciência", porém esse "além" não deve conter nenhum desprezo pela atividade científica, mas um anelo amoroso pela verdade, pois se há um escândalo na racionalidade contemporânea, este encontra-se no esquecimento, no recalçamento da idéia de verdade. Na bela formulação da "Carta sobre o Humanismo", esse "além" não é uma distância que se interpõe entre o saber e a vida, mas, ao contrário, um modo de se evocar uma proximidade que se perdeu, uma proximidade que permitiria ao homem redescobrir na linguagem uma antiga intimidade, pois a linguagem, mais do que um sistema de representações, é a "morada do Ser". Talvez, neste momento fústico da humanidade, não seja impertinente recordar que foi na boca de Apolodoro, do insensato e ingênuo Apolodoro, que Platão colocou a narração do "Banquete", pois a verdade furta-se à auto-suficiência, expõe a fraqueza dos fortes, para somente entregar-se à inteligência que souber perder-se nas veredas do Amor, desse Amor que, sendo filósofo, não cessa jamais de peregrinar entre a ignorância e a sabedoria.



Carlos Roberto Drawin

Psicólogo e professor de
Filosofia da UFMG

CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP - 04

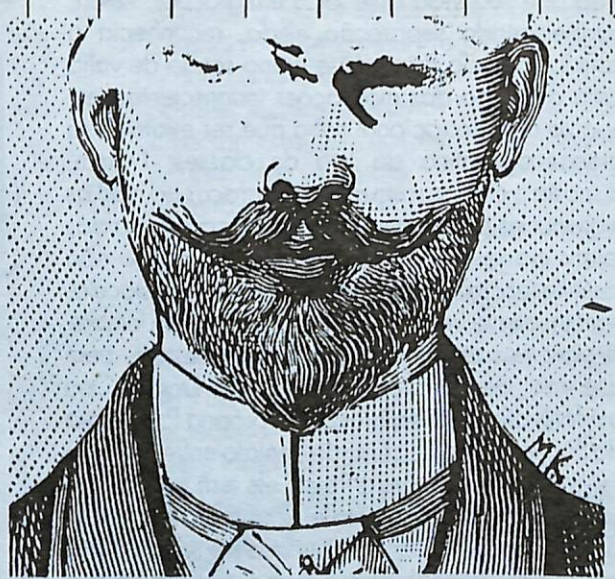


G E S T Ã O
PSICODIVERSIDADE

E S C U T A
SUPLEMENTO DO JORNAL DO PSICÓLOGO

BELO HORIZONTE, ANO 10 • Nº 47
SETEMBRO / OUTUBRO 1994

PSICANÁLISE



E POLITICA



MARCELO KRAISER

PSICANÁLISE

A Psicanálise foi inicialmente definida pelo próprio Freud como (1) procedimento para **investigação** de processos mentais, (2) método fundamentado nesta investigação visando o **tratamento** de distúrbios neuróticos, (3) conjunto de concepções psicológicas a elas podendo ser atribuído o caráter de **disciplina científica**. Os três termos - **investigação**, **tratamento**, **disciplina científica** - reservavam para a Psicanálise um lugar de pesquisa com seu campo de aplicação específico, o todo constituindo mais uma demonstração de progresso a ser integrada no panacho de conquistas e avanços do fim do século XIX e início do século XX. Entendemos que um grupo considerável de colegas psicanalistas se mantêm, justificados pela definição freudiana, distantes de outros campos entre os quais a política, dando preferência, assim, a uma definição restrita da Psicanálise.

Muito cedo, sabemos, se viu a jovem disciplina psicanalítica envolvida com temas, referências e questões provenientes do campo político.

Já em 1909, data que nos situa na primeira década de existência da Psicanálise, em presença de Freud, na Sociedade Psicanalítica de Viena, um primeiro contato se dá entre Psicanálise e Marxismo. Com efeito, Adler, na reunião do dia 10 de março, discute tese segundo a qual as idéias altruístas, em vez de inatas, são na verdade formações reativas frente às motivações pulsionais. A grande contribuição de Marx, dirá Adler, terá sido tornar o proletariado consciente de tal reação frente às motivações pulsionais iniciais, forjando assim uma consciência de classe, o que colocava o proletariado ao lado das idéias civilizadoras (altruístas). Estava assim desde então em discussão a tese, tornada conhecida pelo próprio Freud, que opõe as idéias civilizadoras às motivações pulsionais, ou seja, a renúncia às pulsões vem a ser um motor a favor de realizações culturais. O futuro da aproximação entre Psicanálise e Marxismo será marcado pelas posições fixadas nesta primeira etapa do debate. A abertura de pistas de pesquisa e reflexão assim como o reducionismo em alguns momentos presente no debate eventualmente já despontavam. Vamos, em companhia do leitor, anotando cada um desses momentos ao se tornarem evidentes cada um deles. Quero dizer que não nos move espírito de polêmica, apesar de tratarmos de política, habitualmente tida como o lugar de opiniões, necessariamente, as mais diversas.

Vamos, assim, encontrar psicanalistas imbuídos de idéias e lemas encontrados no Marxismo, ao longo da história da Psicanálise, trabalhando em prol dessa aproximação; terão eles de imediato admitido a mobilização da Psicanálise e seus recursos como método terapêutico, como método de investigação, para o encaminhamento de questões políticas, vale dizer, o advento da revolução socialista.

Na sequência do debate já assinalado, vamos encontrar Wilhelm Reich e Erich Fromm (refiro-me à etapa de sua vida anterior à emigração): Reich, estabelecendo separação nítida, reconhecia a contribuição da Psicanálise como sendo de valia para o campo das motivações inconscientes, enquanto a parte racional tinha que ser examinada graças a prática da luta de classes; Fromm, disposto a elaborar um esquema graças ao qual as motivações pulsionais seriam postas a serviço das forças da revolução socialista, onde o Ego não fosse essencialmente conservador, nem obstáculo, nem resistente frente às mudanças. Vale um lembrete para nos remeter ao que será o destino, bem diferente, dessas primeiras idéias de Fromm! Dou a referência para lembrar que a própria Psicologia do Ego terá sido ocasião de contato entre Psicanálise e Política. Quanto a Reich, ele terá nos legado uma "política sexual", isto é, uma aplicação prática das concepções da economia sexual ao domínio social. Assinalemos o termo **aplicação** e o

termo **política**: nossa apresentação retoma o contato Psicanálise/Política não em termos de **aplicação**, mas de **implicação**; quanto à **política**, vamos, no decorrer da apresentação, buscar uma definição que não venha acoplar um adjetivo ao termo política, este termo terá sua definição por ele mesmo. Nossa estratégia de exposição terá sido encontrar a cada passo os temas e os impasses evidenciados pelo confronto Psicanálise / Política.

Ainda na sequência do debate, encontramos Marcuse; pela importância estratégica que teve no encaminhamento do debate, será ele aqui incluído. Com efeito, em sua primeira fase, Marcuse, como os que o precederam, também vai pensar o contato Psicanálise/Política como sendo uma ocasião de convocação da Psicanálise como um aliado na luta contra as forças opressoras. Eros bem que poderia estar do lado da civilização! O lema retoma a questão já encontrada em 1909, quando Adler fez exposição de sua tese na Sociedade de Psicanálise de Viena. No entanto, a originalidade do argumento de Marcuse ao reconhecer aspecto positivo para as pulsões, isenta sua proposta do caráter de renúncia deixado por Freud como sendo inarredável no confronto civilização/pulsões. O próprio Marcuse, ao final da vida, não será tão otimista, preferindo uma política de emancipação que não promettesse necessariamente dias melhores e radiantes. "O sonho havia terminado", dizemos nós, na ressaca dos anos 60.

O resumo do debate trazido até aqui oferece uma oportunidade para reafirmarmos nossa estratégia de pesquisa e exposição. O chamado freudomarxismo não tem sido um casamento dos mais felizes; acredito que aprendemos bastante com este debate entre Psicanálise e Política. A Psicanálise ao se ver convocada, mobilizada, contestada, terá tido ocasião de reformular suas descobertas, adotando linguagem mais adequada em função mesmo da novidade de seus achados.

Escolho um termo chave para levar adiante a exposição que ora nos ocupa - trata-se do termo **representação**.

De início, encontramos uma política atrelada à figura da representação; donde a idéia de teatro, arena política onde se manifesta a representação. Possivelmente a Revolução Francesa e o ideário revolucionário do século XVIII criaram condições para que assim se entendesse a luta contra o despotismo e a legitimação pretendida por quem

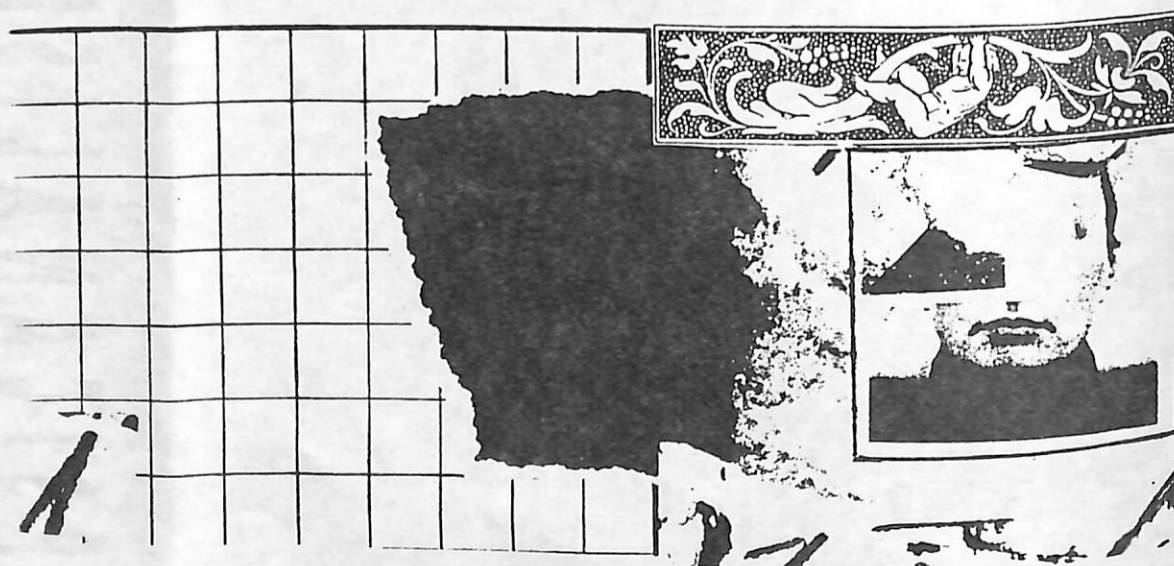
ocupa o poder. Os sistemas atuais, presidencialistas e outros, fundados na representação parlamentar, incluem-se nessa categoria.

Por oposição a essa primeira aceção, existe sempre a possibilidade de uma política identificada com a vida, com as forças da vida, quer se chamem elas vontade de poder, fluxo desejante, ou mesmo democracia direta. O contato, assim como o debate entre Psicanálise e Política se fizeram até hoje dentro dos parâmetros de uma das duas aceções acima definidas.

Cabe uma terceira maneira de definir uma política, desta vez, longe da idéia de representação, sem qualquer menção ao "teatro", sem fazer valer a força quase irracional do que se poderia chamar "vontade de poder".

Cabe uma interrogação em nossa atualidade sobre o político, interrogação essa que nos leve a um pensamento que tem a ver com a práxis, com a política não necessariamente partidária. Interrogação onde a Psicanálise estivesse implicada, não incluiria ela aplicação ou mobilização da Psicanálise como o fizeram tantos que nos precederam nesse debate. Já dissemos que foi a Psicanálise convocada a tomar parte no debate político mais de uma vez; além dos momentos já assinalados, vale mencionar o debate em 1912/13 a propósito do que se chamou "visão do mundo". Nele tomaram parte Putnam (professor na Universidade de Harvard), Ferenczi, Tausk, e Freud. Acrescento a menção pois que a posição de Freud será esclarecedora. "A Psicanálise não será uma visão do mundo", sentenciou Freud, antecipando-se aos desenvolvimentos atuais (após tantos enganos e destemperos registrados na história do debate Psicanálise/Política), aos quais aderimos inteiramente. Se a Psicanálise fosse uma visão do mundo estaria ela atrelada ao paradigma representacional, encontrando ela nessa representação (nessa visão) seu fechamento.

Desde já, podemos adiantar que em nossa proposta a Política é um procedimento onde se engendram verdade e sujeito. Assim concebida, a Política difere do que na opinião comum designamos por este termo. Correntemente, Política vem a ser o governo dos negócios desse mundo e os conflitos que ele provoca no seio das coletividades e/ou entre essas coletividades. Em se tratando do que entendemos por Política, está excluída a gestão dos interesses; está excluído o exercício das



E POLITICA

Por Célio Garcia*

funções do Estado.

Vamos retomar nossa apresentação trazendo sub-temas a serem examinados à luz de nossa tese (Nessa segunda parte da exposição retomo pontos desenvolvidos em entrevistas que me foram concedidas por Alain Badiou e Pierre Bruno, fazendo parte de um projeto mais longo).

Sobre o sintoma:

Podemos pensar que a História segue um rumo; um rumo certo, já se disse. Pensava-se no século XVIII: "somos racionais, a Razão está acima de tudo". A Razão é bastante astuciosa (matreira), ao final das contas encontraremos uma justificativa para tudo, e saberemos criar as perguntas e as respostas. Em vez da "astúcia da razão", (onde tudo ao final dá certo!), tese hegeliana por excelência, Marx prefere trabalhar com o que chamamos sintoma, e teceu críticas à solução para a qual a astúcia da razão dá conta dos percalços, sempre encontrando resolução em favor do "saber absoluto"; há por conseguinte, sempre um sintoma que aponta para o fracasso do saber, sintoma a ser identificado nos fenômenos políticos, insurreições, greves, ou simplesmente atos políticos.

Assim também a Psicanálise: as primeiras pacientes de Freud, histéricas, eram consideradas incuráveis pela Medicina da época. O sintoma com o qual elas se apresentavam "furava" o saber médico oficial; a intuição de Freud contra o saber médico da época terá sido ler o sintoma e levá-lo a sério.

Como ler o sintoma atualmente:

Interpretar o sintoma é pouco, nem sempre ou raras vezes resolve. A Medicina chama tratamento sintomático aquele que se restringe aos sintomas não atingindo as causas. Uma coisa é liberar alguém do sintoma, outra coisa é "liberar o sintoma". Essa a nossa orientação. Vamos considerar que a ação do psicanalista consiste não em revolucionar o sujeito, mas liberar o efeito revolucionário que há no sintoma, desencadear o efeito revolucionário subentendido no sintoma.

Sabemos que Marx em "O Capital" tentou revelar a verdade do sistema capitalista ao demonstrar os mecanismos de funcionamento de sua economia. Teria sido Marx o primeiro a atinar com esse instrumento de trabalho que chamamos "sintoma"; como a verdade se dá a nós sob forma sintomática, o sintoma aponta para as discordâncias entre o Real e o porque ele, sintoma, está ali. O

sintoma é a forma graças a qual voltamos à verdade que acaba por se manifestar. O sintoma aponta para o que não funciona no sistema.

O sintoma não é um termo que faça parte do vocabulário de Marx. De fato, com este comentário estamos apontando em Marx o fato de ter ele sabido criticar a tese quanto à "astúcia da razão". Sabese que, para Hegel, a razão, ao nível da História, serve-se de atos individuais para se realizar enquanto saber, mesmo que fosse à revelia deles. Esta concepção de que a verdade do ato é um momento a ser integrado no saber absoluto, será por Marx substituída pelo que chamamos sintoma, isto é, alguma coisa que põe em cheque este saber da razão. Precisamente nas manifestações políticas estão localizados estes sintomas, sejam eles insurreições, greves ou lutas.

A representatividade; a subjetividade política.

De imediato, vamos nos interrogar sobre o conceito de representação - que significa representar?

Se consideramos que a Política é diretamente o efeito da existência de classes, poderíamos dizer que a representação é representação de classe. Era assim que se apresentavam os partidos comunistas; eles se apresentavam como os partidos que encarnavam, manifestavam a existência política da classe operária. Quem hoje acreditaria em semelhante proposta representativa? Esta concepção, um partido como órgão representativo de classe, fracassou inteiramente no sentido de criar formas de participação democrática. Em todos os lugares onde se tentou relançar a participação democrática, eventualmente sob uma outra forma, fez-se necessário abandonar o conceito de representação; assim conhecemos o que foi chamado "democracia direta", "democracia de massas", "democracia de assembléia"; finalmente ficamos sabendo que a atividade política autoriza-se de si mesma e só. A atividade política não terá que buscar garantia para ser uma atividade representativa por uma razão essencial - as coletividades, os conjuntos a serem representados são na atualidade manifestamente inconsistentes.

Não podemos hoje falar de classe como se fosse uma totalidade consistente, não podemos falar de um povo como se ele fosse uma realidade consistente, todas as realidades coletivas são cindidas, todas elas são dominadas por princípios de excesso, princípios de vazio, princípios de resto; assim a idéia de representação é uma idéia

inconsistente. Por conseguinte, a invenção moderna da democracia é uma invenção que não passa pelo conceito de representação: de um lado, o que terá que ser representado é inconsistente, por outro lado, já a idéia de representação, nosso século o demonstra, é uma idéia de usurpação.

Vivemos numa sociedade de classes. O marxismo como princípio analítico, isto é, como disciplina de investigação científica das sociedades, em nada perdeu quanto ao seu valor. Nada veio substituí-lo, aliás. O problema não reside portanto em sabermos se vivemos ou não numa sociedade de classes. O problema é saber exatamente qual a relação entre a objetividade de classe de uma sociedade e a subjetividade política. Dois modelos se apresentam: um primeiro modelo consiste em dizer que a subjetividade política é na realidade a interiorização da objetividade de classe, a consciência de classe. Trata-se, como sabemos, do esquema da passagem da classe em si para a classe para si, que faz do partido político ao mesmo tempo um órgão de representação e de reflexão da identidade de classe. Este modelo está inteiramente ultrapassado. Não faltou a este modelo grandeza, força, poder, mas ele está saturado, esgotado. Os últimos acontecimentos e sobressaltos dos estados socialistas sobreviventes manifestam o caráter ultrapassado dessa figura. A subjetividade política não se constitui, não pode se constituir, sob o modo da interiorização, ou ainda, sob o modo da relação entre o objetivo e o subjetivo.

O subjetivo, ao ser concebido como a reflexão da materialidade do objetivo, temos no caso uma Filosofia do reflexo, ou seja, uma Filosofia do conhecimento do tipo "reflexo". O problema será agora inteiramente recolocado, o que leva à análise objetiva da economia e da sociedade; assim a questão da Política será reaberta. O fato de que temos uma sociedade de classes, em nada nos autoriza no que diz respeito à subjetividade política. Para daí tirar alguma coisa, teríamos que restaurar o modelo do partido de classe como representação e reflexão da identidade de classe, exatamente o que está fracassado. Por conseguinte, vivemos numa sociedade de classe, mas temos que reconhecer que esse fato nada nos indica no que diz respeito às tarefas da Política. Por conseguinte, temos que partir de uma outra figura, isto é, o caráter de classe de uma sociedade seria elemento geral a partir do qual se coloca a questão da Política, mas os caminhos no que diz respeito a uma política de emancipação são irreduzíveis, intransitivos, em se tratando do caráter de classe da dita sociedade.

Naturalmente, uma organização política, um processo político tomarão posição sobre um certo número de pontos, os quais eles sim, certamente, apresentam uma natureza de classe. No entanto, entre tomar posição politicamente sobre uma série de aspectos de classe da sociedade e imaginar que sendo a sociedade uma sociedade de classe, teríamos a chave do processo político, há uma distância. Há um caráter irreduzível da política com relação à infra-estrutura econômico-social. Não é possível representarmos a Política como uma super-estrutura que nos remetesse em termos de subjetividade ao caráter cientificamente analisável da infra-estrutura econômica e social.

Somos remetidos a outra ordem de questões - de quais acontecimentos significativos depende a Política? Qual o princípio de agenciamento interno graças ao qual ela encontra sentido quanto a sua própria prática? Como se deixa ela pensar a partir dela mesma, e não a partir da análise científica da sociedade? Eis as questões que são as nossas. Assim também com relação à neurose.

Célio Garcia é psicólogo, psicanalista e professor da Fafich-UFMG.



Sobre a legitimidade da psicanálise

Ou: o ponto em que se tocam a Psicanálise e a Ciência da História

Podemos pensar a Psicanálise como um processo em que o cliente vive uma mudança no "lugar" de onde vê o mundo, uma mudança na posição a partir da qual ele cria e conduz suas relações com o mundo. De uma visão estática e rígida de seus valores, problemas, dificuldades, ele passa, ao longo de sua análise, gradativamente, a uma visão de processo, dinâmica e histórica dos mesmos. Ele vem a compreender que sua depressão, sua impotência, sua loucura não é uma "coisa", não é uma "coisa em si", mas que foi construída em suas relações e vínculos mais significativos e que pode, portanto, vir a ser transformada, superada. Ele deixa uma maneira reificante e fetichizada de ver seus problemas (uma "coisa" que existe em si e por si) e passa a uma visão histórica dos mesmos - como se houvesse uma mudança em sua posição epistemológica e axiológica.

Mas a visão histórica da constituição do sujeito, da sua identidade, desenvolvida pela Psicanálise, e que possibilita essa mudança para o cliente, é, ainda que fundamental, uma visão centrada no indivíduo. E essa ótica, essa perspectiva se constitui numa séria e, para alguns, insustentável e irremediável limitação da mesma. É sobre essa questão da legitimidade da Psicanálise - como construção teórica e forma de atuação a nível do indivíduo - que desejamos fazer uma ligeira reflexão.

Entendemos, com a tradição dialética, que "o concreto é a síntese de múltiplas determinações"², e se pretendemos abarcar o homem como um ser concreto, histórico, devemos vislumbrar a sua determinação individual - a sua herança genética, o seu desenvolvimento psicológico, o relacionamento com as pessoas significativas em sua vida, etc - e também a sua determinação social - a sociedade concreta e o momento histórico em que nasce. O homem é um ser individual e social. O indivíduo e a sociedade são dois momentos inter-relacionados, pólos numa relação dialética. Para compreendê-los necessitamos de uma visão histórica e dialética tanto no âmbito dos processos e vivências pessoais - como a que começa a se construir com Freud - como no âmbito dos processos sociais, como a que nos oferece Marx. E de estabelecer um indispensável - e já muitas vezes tentado - diálogo entre os dois.

De um lado o homem tem a sua história privada, particular, vivida "intra-muros", no seio da família, a sua história como ser individual. A Psicanálise ilumina essa fonte fundamental de sua determinação: o seu processo de constituição e socialização, o seu desenvolvimento psicológico.

Mas a família - assim como a escola, a igreja, os meios de comunicação de massa e outras instituições - sofrem uma sobre-determinação: elas compõem a sociedade civil³, os aparelhos ideológicos⁴, que cumprem, por sua vez, uma função de manutenção (e/ou de transformação) de uma dada estrutura social, de um determinado modo de produção⁵. Elas têm uma inserção histórica e um papel sócio-ideológico-político a desempenhar. E esse papel, essa função atravessa, está presente, interpenetra o processo de constituição e socialização do sujeito. Essa outra fonte, também fundamental de determinação do homem, que transcende, que está além, que é "extra-muros" em relação à intimidade e privacidade das etapas e vivências do seu processo intra-familiar de constituição, tem a faculdade, todavia, de penetrá-lo e o faz, o invade, o perpassa. Como um fantasma capaz de atravessar muros e paredes, ela é uma presença que não se nota, que não se percebe, que não se dá a revelar, mas que participa da vida das pessoas, do seu modo de conhecer, sentir e agir, da construção da sua visão de mundo; ela guia seus passos, orienta suas decisões, controla suas ações. A Psicanálise precisa, portanto, a nosso ver, para legitimar-se, de abarcar, de incluir essa presença,

essa outra fonte de determinação do sujeito, ao refletir, estudar e trabalhar o processo de constituição e socialização do mesmo. Precisa trazer à luz o dito fantasma, desvelando-o e dando-lhe a forma que lhe é própria: a do homem concreto, fruto de uma determinada sociedade, datada, situada - o homem histórico. Freud iluminou a história do ser individual, Marx iluminou a história do ser social - ambas são indissociáveis uma da outra e nós temos aqui, então, o ponto em que se tocam, ou no qual devem se tocar, a Psicanálise e a Ciência da História. Isso significa remeter a Psicanálise a considerar, em sua teoria e em sua prática, a dimensão ideológica e político-social que, como estamos dizendo, inquestionavelmente, faz parte e integra o homem que ela pretende conhecer e tratar.

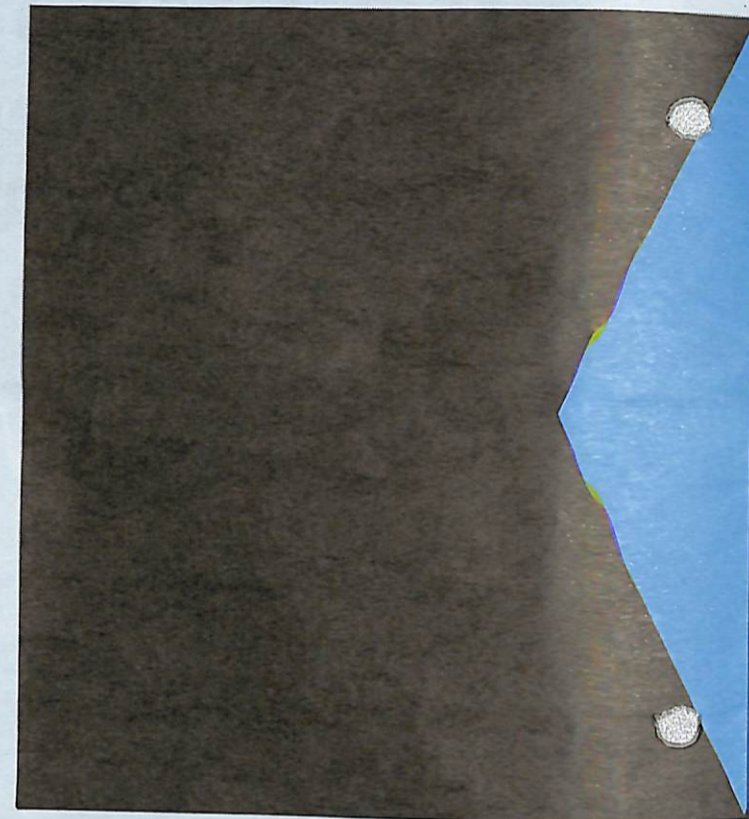
Mas há que se considerar, ainda, que a Psicanálise, como instituição da sociedade civil que pode participar da determinação do indivíduo e como conhecimento gerado por uma sociedade concreta tem, também, seu comprometimento ideológico. Ela precisa, pois, a nosso ver, incluir-se ou ser incluída nessa mesma visão ou perspectiva crítica. Entendê-la como **socialmente produzida**, considerar a sua inserção histórica é outra condição essencial para que possamos reivindicar a sua legitimidade. Isso significa, também, oferecer-lhe contornos, limites e um futuro de transformações: se o homem é um ser social, transformando-se a sociedade também ele muda e, da mesma forma, a Psicanálise. Ela, como de resto a própria Psicologia, o próprio homem carecem de sentido se des-historizados, se retirados do seu contexto social e histórico.

E essa colocação nos remete ao último e, talvez, mais importante ponto a considerarmos nessa discussão: a pessoa do analista. Nele desaguam e dele dependem todos os outros aspectos aqui comentados como essenciais à legitimidade da Psicanálise. Assim como é necessário que as teorias com as quais trabalha passem pela crítica quanto ao seu comprometimento ideológico, no mesmo sentido deve também ele interrogar-se, questionar-se - aos seus valores, à sua concepção de sociedade, à sua visão de mundo -, deve ele incluir-se na mesma reflexão (a simples adoção de uma ou outra teoria psicológica já revela uma opção ideológica, assim como a prática que elege, o tipo de clientela que atende etc...). E desde que o trabalho do analista é marcado, atravessado pela sua própria história individual e pela sua determinação social, pelo seu enfrentamento com a sociedade, uma vez que ele é o próprio instrumento desse trabalho, é necessário que ele tenha conseguido produzir uma síntese, um resultado satisfatório nesse enfrentamento - e essa é, a nosso ver, outra condição necessária à legitimação da sua prática.

E aqui a grande contradição que desafia a sua elaboração e clareza teórica e o seu fazer, a sua prática: de um lado a Psicanálise não pode desconhecer ou desconsiderar a determinação social do homem - está claro, é óbvio, evidente que o conhecimento de si que, a par da superação ou mitigação do seu sofrimento, busca o cliente, passa, também, pelo conhecimento dessa determinação, inextricavelmente entrelaçada com a sua história individual. Mas, de outro lado, sabemos que não cabe à Psicanálise prover esse conhecimento sobre o social, desde que ela se constitui como um espaço para o trabalho de análise e não para pedagogia ou para conscientização política. Expressemos de outra forma tal contradição: o espaço analítico não é um espaço para política, mas sabemos que toda ação humana é política e que não há, portanto, como o trabalho do analista não ser político. A resposta a essa contradição deve ser buscada no tipo de prática que ele é capaz de implementar, ou seja, na instrumentação das suas interpretações. E aqui, então, uma questão emerge, pede para ser formulada, constituindo-se,

Walter Andrade Parreira

Psicólogo clínico e professor do curso de Psicologia da Fumec



também, como nossa reflexão final: como pode se integrar na prática do analista uma postura, uma perspectiva político-social transformadora, libertadora - uma práxis -, e quais são as suas consequências, seus efeitos junto ao cliente (lembrando que se uma tal perspectiva não acontece, uma outra - desde que não há um vazio de interpretação, de ação por parte do analista -, conservadora, não transformadora, ou qualquer que seja sua tintura ideológica ocupa o seu lugar). Em outras palavras, que diferença efetivamente representa para um cliente tratar-se com um analista capaz dessa práxis ou com um que não o seja. Ou estamos enganados e o trabalho analítico é neutro?

NOTAS

1. CHAUI Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
2. MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1974.
3. GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
4. ALTHUSSER, Louis. *Posições II*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
5. HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. São Paulo: Global, 1983.